

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique



 **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

<p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p> 	<p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p> 	<p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p> 	<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p> 	<p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> 
<p>7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</p> 	<p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p> 	<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> 	<p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> 	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 
<p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> 	<p>14 VIDA NA ÁGUA</p> 	<p>15 VIDA TERRESTRE</p> 	<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> 	<p>17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> 	<p> OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p>



RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique

Parceiros



FICHATÉCNICA

Título:	RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO: Avanços e desafios de 16 Municípios de Moçambique
Coordenação:	Pedro Laíce (ANAMM) Ekatherine Murillo (GIZ/BGF) Ana Carolina Cortês Nino (GIZ/BGF)
Parceiro:	UCLG
Financiadores:	União Europeia, Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ASDI e Cooperação Alemã (GIZ/BGF)



CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	02
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	03
1. ANTECEDENTES	05
2. POLÍTICAS PARA IMPLEMENTAR OS ODS EM MOÇAMBIQUE	06
2.1. Estratégia a nível nacional	06
2.2. Mecanismos institucionais e de coordenação	08
2.3. Indicadores a nível Nacional	09
3. CONTEXTO	10
3.1. Modelo de organização territorial em Moçambique	10
3.2. Modelo de organização descentralizada e autárquica de Moçambique	10
3.3. Competências dos municípios em relação aos ODS	11
3.3. O Papel da ANAMM	14
4. METODOLOGIA	16
4.1. Critérios de selecção dos municípios	16
4.2. Recolha de informações	16
4.3. Aplicação dos questionários de investigação	17
5. ANÁLISE DE TÓPICOS GERAIS	18
5.1. Perfil dos Municípios	18
5.2. Conhecimento sobre os ODS	18
6. CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS AOS ODS	20
6.1. ODS 1: POBREZA / PROTEÇÃO SOCIAL	20
6.2. ODS 2: FOME ZERO	22
6.3. ODS 3: BOA SAÚDE E BEM-ESTAR	24
6.4. ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	25
6.5. ODS 5: IGUALDADE DE GÉNERO	27
6.6. ODS 6: ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO	29
6.7. ODS 7: ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA	31
6.8. ODS 8: EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	31
6.9. ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	35
6.10. ODS 16: INSTITUIÇÕES FORTES	42
7. ANÁLISE DO ENFOQUE DO GÉNERO NOS NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO NOS 53 MUNICÍPIOS	44
8. BOAS PRÁTICAS	46
9. APOIO DAS PARCERIAS NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	50
10. CONCLUSÕES	51
11. RECOMENDAÇÕES E DESAFIOS	53
12. BIBLIOGRAFIA	55

APRESENTAÇÃO

Moçambique, a par de muitos países do Sul, está igualmente a desenvolver os mecanismos de implementação da Agenda 2030 a nível nacional e local. A Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) ciente do seu papel no processo de localização dos ODS, abraçou o desafio de documentar o desempenho dos municípios nacionais na implementação desta agenda global.

Desde a sua ratificação pelo Governo de Moçambique, em 2015, a ANAMM iniciou, um processo de mobilização e consciencialização dos seus membros sobre a ligação e importância das acções locais no cumprimento da Agenda 2030 dado que todos os ODS têm metas que estão, directa ou indirectamente ligadas as competências dos municípios ou que fazem parte do seu dia a dia.

Este documento constitui uma oportunidade para espelhar o grande esforço dos municípios em relação aos ODS face a vários constrangimentos sobretudo na componente de recursos humanos e financeiros. Igualmente, constitui uma oportunidade para que os municípios partilhem as boas práticas e experiências bem como um roteiro para a mobilização e desenvolvimento local.

Pelo reconhecimento na produção deste documento, gostaríamos de agradecer aos Presidentes dos 16 municípios aqui reportados, o respectivos vereadores e técnicos, aos Presidentes e membros das Assembleias Municipais que deram o seu contributo.

Os agradecimentos são igualmente extensivos a Organização Mundial das Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG) e a Cooperação Alemã através do Programa de Boa Governação Financeira (BGF) pelo apoio técnico e financeiro.

E, por último e não menos importante, a ANAMM agradece aos todos parceiros com projectos e programas que actuam ou actuaram nos municípios e que deram valiosas informações e ideias para que se tornasse possível a elaboração deste relatório.

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AM	Assembleia Municipal
ANAMM	Associação Nacional de Municípios de Moçambique
AR	Assembleia da República
ATM	Autoridade Tributária de Moçambique
AVSI	Associação de Voluntários Solidários, Internacional
BdPES	Balanço do Plano Económico Social
CC	Conselho Consultivo
CCDM	Conselho Consultivo de Distrito Municipal
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CM	Conselho Municipal
CRM	Constituição da República de Moçambique
COP	Conselho do Orçamento Participativo
DM	Distrito Municipal
DPO	Departamento de Programação e Orçamento
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EDM	Electricidade de Moçambique
FACIM	Feira Agro-pecuária, Comercial e Industrial de Moçambique
FCA	Fundo de Compensação Autárquica
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
IASISA	Imposto Autárquico de SISA
IAV	Imposto Autárquico de Veículos
IGAE	Inspeção-Geral Administrativa do Estado
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INATTER	Instituto Nacional de Transportes Terrestres
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IPRA	Imposto Predial Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
LVIA	Associação Internacional de Leigos Voluntários
M&A	Monitoria e Avaliação
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MASC	Fundação Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MUCHEFA	Mulheres Chefe de Família
NU	Nações Unidas
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
OLE	Órgão Locais do Estado
OP	Orçamento Participativo
OpP	Orçamento por Programa
PA	Plano de Actividades
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PCM	Presidente do Conselho Municipal

PED	Política e Estratégia da Descentralização
PEDD	Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento
PCR's	Poupança de Crédito Rotativo
PEM	Plano Estratégico Municipal
PGM	Programa de Governação Municipal
PERPU	Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana
PES	Plano Económico e Social
PESOM	Plano Económico e Social e Orçamento Municipal
PIP	Plano de Investimento Plurianual
PITA	Programa de Integração de Transferência de Tecnologia Agrícola
POT	Planeamento e Ordenamento Territorial
PP	Plano de Procurement
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PQM	Plano Quinquenal Municipal
PRM	Polícia da República de Moçambique
PROL	Programa de Reforma de Órgãos Locais
RAI	Relatório de Avaliação de Impacto
REGFAE	Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários Agentes do Estado
ROE	Relatório do Orçamento de Estado
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
SIGEDAP	Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública
SIP	Sistema de Informação de Pessoal
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SNP	Sistema Nacional de Planificação
TAE	Taxa de Actividade Económica
UDAC	União Distrital de Camponeses
UGEA	Unidade Gestora e Executora de Aquisições
UNAC	União Nacional de Camponeses
UO	Unidade Orgânica
UPE	Unidade de Planeamento Estratégico

1. ANTECEDENTES

Em Setembro de 2015 os países membros das Nações Unidas, incluindo Moçambique, adoptam a Agenda 2030 para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que na prática substituem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que foram uma iniciativa global para, principalmente, erradicar a pobreza.

Os ODM eram objectivos mensuráveis, acordados universalmente, para combater a pobreza extrema e a fome, prevenir doenças e ampliar o acesso ao ensino primário de qualidade e à saúde materna, entre outras prioridades para o desenvolvimento. Os ODM também conseguiram grandes avanços na luta contra o vírus HIV/AIDS e outras doenças, como a malária e a tuberculose.

Desta iniciativa global foram aprendidas várias lições para a formação dos ODS, que são um compromisso mais ousado para concluir o trabalho iniciado pelos ODM e abordar os problemas globais mais urgentes nos quais todos somos chamados a contribuir e fazer nossa parte de forma a conseguir avançar para um futuro mais sustentável.

Cerca de cinco anos depois que as Nações Unidas adoptaram os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ainda existem governos locais e regionais que não estão suficientemente familiarizados com esse conjunto de compromissos universais e integrados. Uma das lições aprendidas com os ODM foi a inclusão e participação dos governos locais e regionais, cujo papel na implementação é extremamente inquestionável.

A ANAMM, no seu compromisso de formar e informar os seus membros, desencadeou uma série de acções com vista a sensibilizar os municípios para adopção desta importante Agenda. Neste sentido, com base nos diferentes ODS, anualmente a ANAMM foi seleccionando temas para discussão em Fóruns, e foi assim que em 2016 a ANAMM escolheu o tema *“Reflexão sobre a Lei e Regulamento das Parcerias Público Privadas na Perspectiva do Desenvolvimento Municipal” inserido no ODS 8; em 2018 o tema “ODS 13 – “Combater as Mudanças Climáticas e Seus Impactos. “Quais as boas práticas em curso nos municípios e possíveis janelas de financiamento?”* Estas discussões ocorreram nos encontros anuais da Feira Internacional de Maputo (FACIM).

A par destas iniciativas e tendo em conta as suas responsabilidades, a ANAMM, a convite de diversos parceiros, foi desenvolvendo as suas capacidades de aplicar os ODS, sobretudo no que diz respeito à localização do processo de adaptação, implementação e monitoria, bem como a sua disseminação e capacitação aos municípios.

O Governo de Moçambique, tendo adoptado a Agenda 2030 e integrado no seu Plano Quinquenal (2015-2019), criou, sob coordenação do Ministério da Economia e Finanças, o Grupo Nacional de Referência para implementação dos ODS, no qual a ANAMM está integrada para dar o seu contributo.

Recentemente, em 2019, com apoio da UCLG, PNUD, Conselho Municipal de Maputo e a Cooperação Alemã (GIZ/BGF), a ANAMM realizou a primeira sessão de capacitação e consciencialização sobre a localização dos ODS cujos objectivos foram os de sensibilizar e treinar as associações de autoridades locais na implementação ou "localização" dos ODS, planeamento territorial e monitoria & avaliação de agendas globais e de proporcionar um espaço para informação, aprendizagem e partilha de experiências sobre a implementação dos ODS nos municípios.

A par destes objectivos, a capacitação também abordou a questão da elaboração dos relatórios voluntários locais, uma iniciativa dos governos locais para mostrar as estratégias, os avanços e desafios na implementação dos ODS ao nível local. É neste contexto que é manifestado o interesse da ANAMM em aderir a este movimento global das associações dos governos locais no seu papel enquanto actores-chave na implementação desta agenda global.

Para a materialização deste interesse, a UCLG mostrou a disponibilidade em apoiar a ANAMM neste exercício que viria a ser concretizado, igualmente com o apoio da GIZ/BGF, plasmado em um memorando de entendimento entre as três partes (ANAMM, UCLG e GIZ/BGF). O resultado deste acordo está reflectido neste Primeiro Relatório Local Voluntário, que mostra o esforço de 16 municípios moçambicanos de avançar na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

2. POLÍTICAS PARA IMPLEMENTAR OS ODS EM MOÇAMBIQUE

2.1. Estratégia a nível nacional

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Agenda 2030, constituem um marco importante para o País por ter sido elaborada numa altura em que se estava a elaborar o Plano Quinquenal do Governo 2015-2019, tendo permitido que se fizesse o alinhamento destes compromissos internacionais aos Objectivos Estratégicos do Plano Quinquenal do Governo.

Desta forma, o Plano Quinquenal do Governo 2015-2019, principal instrumento de gestão económica e social do país, foi desenhado tendo em conta as três dimensões de desenvolvimento sustentável, nomeadamente a económica, a social e a ambiental:

- ✓ A dimensão social está enquadrada nos Objectivos Estratégicos da Prioridade II – Desenvolver o Capital Humano e Social;
- ✓ A dimensão económica está reflectida integralmente nos Objectivos Estratégicos da Prioridade III – Promover o emprego e melhorar a produtividade e competitividade e, na Prioridade IV – Desenvolver Infraestruturas económicas e sociais; e
- ✓ A dimensão ambiental está alinhada aos Objectivos Estratégicos da Prioridade V – Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

A ligação do PQG com os ODS possibilitou a integração e implementação anual destes por via dos instrumentos operacionais do Governo, com principal enfoque para o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, que inclui programas, projetos e actividades a serem realizadas durante o Quinquénio para alcançar o desenvolvimento económico e social do povo moçambicano, preservando o meio ambiente.

A nível dos sectores, os planos estratégicos bem como as políticas sectoriais, por estarem igualmente alinhados ao PQG, permitem também uma ligação aos ODS e os esforços e resultados exibidos pelos diferentes sectores apontam ser um contributo importante.

Os principais instrumentos de monitoria da acção governativa são: o Balanço do Plano Económico e Social e o Relatório de Execução Orçamental, por serem documentos que apresentam os recursos que o governo aloca anualmente para o avanço na implementação de seus planos e, portanto, dos ODS.

Desde 2016, o Estado moçambicano tem vindo a realizar diferentes iniciativas de implementação da Agenda 2030, junto dos seus parceiros nacionais e internacionais. Com o apoio das Organizações das Nações Unidas, foram realizados 3 estudos interligados, nomeadamente:

- ✓ Mapeamento das Capacidades do Governo para implementação dos ODS: Apresentação das capacidades estatística e institucional do Governo, em termos de instrumentos de planificação existentes, para implementação dos ODS.
- ✓ Viabilidade dos Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Apresentação dos indicadores considerados relevantes no contexto moçambicano – uma ferramenta importante para o exercício de selecção de indicadores.
- ✓ “Moçambicanização” dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2018 foi elaborado o Relatório Inicial de Implementação dos ODS em Moçambique, instrumento que mostra o estágio dos ODS 2: Eradicar a fome, alcançar a segurança Alimentar, melhor nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ODS 6:Garantir a Disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; ODS 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos e ODS 14: Conservar e usar de maneira sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório apresenta igualmente a proposta de Quadro Nacional de Indicadores dos ODS em Moçambique, que deverá ser mais aprofundado e actualizado anualmente. Entretanto, importa realçar alguns aspectos que deverão ser observados com a devida profundidade:

- ✓ A necessidade do país estabelecer uma articulação de longo prazo com os ODS, do ponto de vista dos instrumentos de planificação. Seria pertinente que a ligação e alinhamento pudesse ser estabelecida num horizonte temporal mais longo (extravassando os 5 anos do PQG). Por exemplo, uma harmonização a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2015-2035) e a Visão de Finanças Públicas 2011-2025, de forma conjugada pode criar maior e melhor articulação institucional e de programação das metas e de financiamento ao desenvolvimento sustentável.
- ✓ Há necessidade de desenvolver instituições eficazes e transparentes, com recursos humanos qualificados, no sentido de conhecimento e compromisso, de forma a enfrentar os grandes desafios de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população. Um dos primeiros desafios é o processo de identificação e familiarização dos indicadores por área ou sector de interesse que é em si um desafio institucional, fazendo com que vários sectores não conheçam que indicadores devem reportar ou que informação deve ser providenciada.
- ✓ A necessidade do país aprimorar os mecanismos de coordenação intra e interinstitucional. A indivisibilidade e complexidade do 17 ODS exige do Governo o aprimoramento da forma e coerência na articulação de informação, programação, produção de dados e orçamento entre as instituições do Governo (Ministérios Sectoriais e dentro destes), e entre estes e os actores não-estatais (Sector Privado, Sociedade Civil, Parceiros Internacionais, Parlamentares, Académicos e outros). Neste em particular, importa ressaltar que a actual reforma do Subsistema do Orçamento do Estado para Subsistema de Planificação e Orçamento (SPO) que prevê a programação e orçamentação por programas e resultados deve considerar a inclusão dos ODS no SPO. Com essa inclusão e por conseguinte no e-SISTAFE, o processo de planificação, orçamentação, bem como de Monitoria e Avaliação ganha robustez em termos de alinhamento nos instrumentos de longo, médio e curto prazos.
- ✓ Derivado da acção supra mencionada, uma vez que o SPO prevê igualmente a revisão e harmonização vertical e horizontal dos instrumentos de planificação (Planos Estratégicos Sectoriais, Provinciais e Distritais), as políticas, planos e programas sectoriais também serão alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável.
- ✓ Para avaliar os ODS, é necessário melhorar a produção de dados estatísticos, cuja tarefa é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE). Assim, com base na tabela de indicadores prioritizados pelo país, deve ser desenvolvida a capacidade de gerar informações estatísticas que permitam reportar o ponto de situação da implementação da Agenda 2030. Para esse fim, os diferentes eventos estatísticos nacionais (pesquisas, questionários e estudos) devem ser adaptados de forma a gerar informações que permitam monitorar e avaliar o progresso desses compromissos internacionais.
- ✓ O papel do INE é igualmente o de aferir a viabilidade dos indicadores, estabelecer a frequência e ver a fiabilidade dos dados estatísticos. Importa recordar que a maior parte dos indicadores dos ODS ainda não

são captados pelo Sistema Estatístico Nacional. Portanto, a produção dessa informação vai requerer financiamento para criação de capacidades institucionais, técnica e material. Este é um campo no qual os Parceiros Internacionais desempenham um papel preponderante.

- ✓ Há ainda a necessidade de conjugar a informação produzida pelos diferentes actores, principalmente pelas agências das Nações Unidas e apurar a forma como estas informações podem ser usadas nos relatórios de progresso dos ODS.
- ✓ A necessidade de encontrar fontes (domésticas) alternativas de financiamento. Decorre da constatação que para o alcance das metas traçadas até 2030 o país deverá realizar avultados investimentos de médio e longo prazos, nos diferentes sectores e nas áreas prioritizadas pelo País. Nestes termos, traçar um Quadro de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável afigura-se importante, envolvendo o Sector Privado (recursos privados) e Sociedade Civil.
- ✓ Necessidade de consolidar o funcionamento de uma plataforma para coordenação dos ODS. O Governo já avançou com uma plataforma denominada Grupo Nacional de Referência para a Coordenação da Implementação, Monitoria e Avaliação dos ODS. Este grupo é inclusivo na medida em que estão representadas todas partes interessadas, cumprindo com a premissa de fortalecer as alianças entre governos, sector privado e sociedade civil para “não deixar ninguém para trás”. O funcionamento do Grupo deverá ser consolidado, replicado ao nível das províncias e quiçá dos distritos, deixando bem clara a forma de actuação dos diferentes actores (implementadores e beneficiários de políticas).
- ✓ Há necessidade de divulgar ainda mais os ODS. Existe ainda uma lacuna no conhecimento dos ODS e dos seus indicadores. Será importante popularizar os ODS não só a nível sectorial como também a nível da sociedade no geral. Para isso, sugere-se que o Grupo Nacional de Referência se debruce sobre uma Estratégia de Comunicação da Agenda 2030.

2.2. Mecanismos institucionais e de coordenação

Em Moçambique foi criado o órgão de coordenação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeado Grupo de Referência Nacional, coordenado pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) e o Instituto Nacional de Estatística (INE). O MEF é responsável pelo funcionamento do GRN, através da área que superintende a Planificação e Orçamentação.

Este grupo é de natureza consultiva e tem entre suas tarefas coordenar a implementação, monitoria e avaliação dos ODS em Moçambique. Devido à natureza integrada dos ODS, o GRN envolve todos os actores, implementadores, financiadores e beneficiários de políticas e programas nacionais de desenvolvimento, bem como instituições responsáveis pela geração de dados estatísticos para avaliar o progresso. Portanto, inclui a participação de representantes dos Ministérios, da Assembleia da República, da Sociedade Civil, do Sector Privado, dos Parceiros de Desenvolvimento Internacional e da própria Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM).

Uma tarefa importante do GRN é a preparação de relatórios de progresso sobre os ODS. Em 2018, o país apresentou o Relatório Nacional que não descreveu os 17 ODS, mas apenas uma parte deles, alinhada às áreas prioritárias do Governo, nomeadamente os ODS 2: Eradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhor nutrição e promover a agricultura sustentável, ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, ODS 13: Adoptar medidas urgentes para

combater as alterações climáticas e os seus impactos e ODS 14: Conservar e usar de maneira sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o Desenvolvimento Sustentável.

O grupo elaborou e apresentou, nas reuniões das Nações Unidas (NU), em Junho de 2020, o Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique.

AANAMM, como membro do GRN, através deste documento (RLV dos ODS), pretende expandir o processo de avaliação dos ODS no nível local, analisando a domesticação e integração desses compromissos internacionais nos planos e estratégias de desenvolvimento dos governos municipais, seu progresso, boas práticas e desafios.

2.3. Indicadores a nível nacional

O Quadro Nacional de Indicadores dos ODS de Moçambique representa uma selecção de indicadores globais e nacionais, que fazendo parte do Sistema Estatístico Nacional permitirão ao país avaliar de forma periódica o progresso das metas traçadas até 2030.

Para a selecção dos indicadores, foi seguida a metodologia estabelecida no Guião para a selecção de indicadores dos ODSs, elaborado pelo Ministério da Economia e Finanças, que apresenta de forma clara e simples os passos que os diferentes actores de desenvolvimento, devem observar para integrar os ODS e seleccionar os indicadores para posterior monitoria e avaliação.

Desta forma, com o Quadro Nacional de Indicadores, Moçambique poderá fazer o acompanhamento do progresso dos indicadores dos ODS seleccionados para o país, através do processo de monitoria e avaliação dos indicadores periodicamente, até 2030.

Para o sucesso dessa avaliação periódica, é importante que os diferentes actores de desenvolvimento, os sectores do Governo, tenham uma base de dados actualizada e disponível, e que o Instituto Nacional de Estatística esteja a produzir estatísticas dentro dos períodos previstos para produção de informação estatística. Para os municípios, esse Quadro será uma referência importante, pois, dependendo dos ODS priorizados em seus planos e o contexto, poderão seleccionar os indicadores mais úteis para avaliar o progresso, sempre tomando em consideração a disponibilidade de informações, a facilidade de seu cálculo e outros aspectos relevantes. Portanto, quando o Quadro Nacional de Indicadores for aprovado, será essencial socializá-lo com todas as instituições estatais e os diferentes níveis de governo descentralizado e local, para que, após a selecção, sejam incluídos nos planos de curto e médio prazo, o que facilitará a avaliação do progresso na implementação dos ODS.

3. CONTEXTO

3.1. Modelo de organização territorial em Moçambique

Para se compreender o alinhamento e contextualização dos ODS a nível local é igualmente necessário olhar para o percurso da descentralização e o impacto deste processo na vida quotidiana das populações, face as demandas para estrutura de governação descentralizadas.

O processo da descentralização em Moçambique teve a sua génese no conjunto de reformas iniciadas na Constituição de 1990, que constituiu a base para a implementação do Programa de Reforma dos Órgãos Locais do Estado (PROL). O primeiro diploma legal nesse sentido foi a Lei 3/94 (Quadro Institucional dos Distritos Municipais), que mais tarde foi substituída pela emenda constitucional de 1996 (Lei 9/96, de 22 de Novembro).

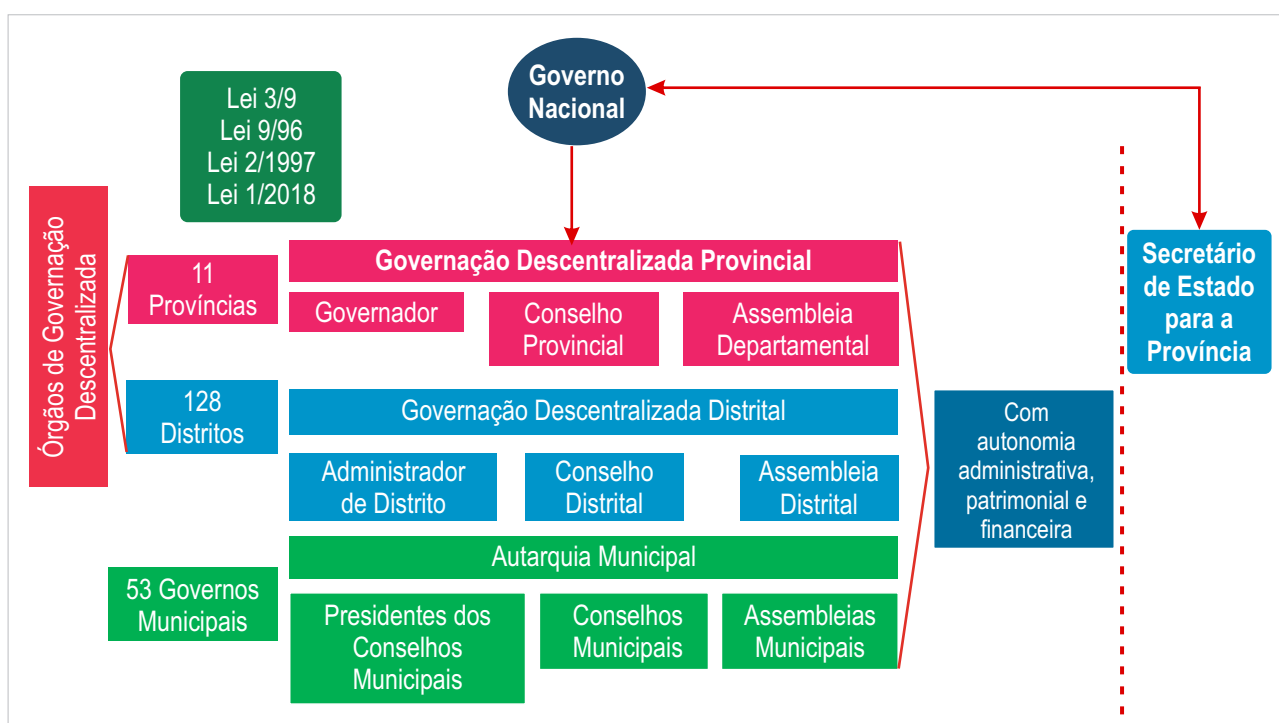
A aprovação da Lei 2/97, de 18 de Fevereiro abriu espaço para institucionalização das Autarquias Locais ou da municipalização. Assim, em 1998, foram realizadas as primeiras eleições autárquicas, em 33 cidades e vilas, criadas ao abrigo da Lei 10/97 de 31 de Maio.

A revisão pontual da Constituição da República, aprovada através da Lei nº1/2018 de 12 de Junho, sobre a reforma da descentralização, constitui um marco político importante na história política de Moçambique.

Em 2018, em face do diálogo político nacional, foi apresentada uma iniciativa de revisão pontual da constituição. Esta iniciativa de revisão foi submetida a Assembleia da República no quadro do roteiro de busca da paz e com carácter de urgência, na busca do modelo de descentralização que consolide a unidade, coesão e a reconciliação nacionais e que restaure a estabilidade política de forma definitiva.

Este conjunto de elementos, processos e factos históricos corporizaram o que se consubstancia no actual modelo de organização descentralizada conforme ilustra a figura abaixo.

3.2. Modelo de organização descentralizada e autárquica de Moçambique



Nesta perspectiva, a organização descentralizada e autárquica em Moçambique compreende os órgãos de governação descentralizada provincial, distrital e os órgãos autárquicos, os quais gozam de autonomia administrativa, patrimonial e financeira:

Órgãos de Governação Descentralizada	Membros
Órgãos de Governação Descentralizada Provincial	Governador de Província Conselho Provincial Assembleia Provincial
Órgãos de Governação Descentralizada Distrital	Administrador de Distrito Conselho Distrital Assembleia Distrital
Órgãos de Descentralização Autárquica	Presidente da Autarquia O Conselho Autárquico A Assembleia Autárquica

Tabela 1: os distritos terão esta estrutura a partir de 2024

Na Província é criado órgão de Secretário de Estado para a Província, o qual tem a função de assegurar a realização das funções exclusivas e de soberania do Estado que não são objecto do processo de descentralização, sendo nomeado pelo Presidente da República.

No domínio do sistema eleitoral, o Governador da Província, Administrador do Distrito e Presidente do Conselho Autárquico, seriam eleitos por sufrágio universal, directo, secreto, pessoal e periódico, através do modelo de Cabeça de Lista, em que seria eleito como Presidente do Conselho Autárquico, Administrador do Distrito e Governador da Província, o Cabeça de Lista, da lista do partido político, coligação de partidos ou grupo de cidadãos mais votado.

Foi neste contexto que em 2018 foram realizadas as quintas eleições autárquicas em que um total de 21 partidos, coligações ou grupo de cidadãos embora apenas os três partidos com assento parlamentar concorreram em todos os municípios: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

3.3. Competências dos municípios em relação aos ODS

Considerando os factores geográficos, demográficos, económicos, sociais, culturais, administrativos e a capacidade financeira, os municípios em Moçambique se classificam em cidades e vilas, que por sua vez têm quatro e dois níveis respectivamente, de acordo com o seguinte detalhe:

- ✓ As cidades são classificadas em níveis: A, B, C e D.
- ✓ As vilas em níveis: A e B

O Governo Central atribui aos órgãos locais (Cidades e Vilas) a autoridade para administrar o território sob a sua jurisdição e através das Leis Nº 1/2008 de 16 de Janeiro e Nº 6/2018 de 3 de Agosto estabelece as suas competências, as quais, de acordo com o que pode ser visto logo abaixo, estão intimamente relacionadas aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas atribuições e responsabilidades mostram que os municípios têm um papel fundamental na melhoria da vida dos cidadãos e, portanto, contribuir para o avanço da Agenda 2030.

ODS	Competências dos municípios
 	<p>ACÇÃO SOCIAL Actividades de apoio às camadas de população vulnerável; Habitação social.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL</p>
 	<p>SAÚDE: Unidades de cuidados primários de saúde.</p> <p>EDUCAÇÃO E ENSINO Centros de educação pré-escolar; Escolas para o ensino primário; Transportes escolares; Equipamentos para educação de base de adultos; Outras actividades complementares de acção educativa.</p>
 	<p>SANEAMENTO BÁSICO Sistemas autárquicos de abastecimento de água; Sistemas de esgoto; Sistemas de recolha e tratamento de lixo e limpeza.</p> <p>ENERGIA Distribuição de energia elétrica; Iluminação pública, urbana e rural.</p>
 	<p>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO Habitação e economia; Mercados e feiras.</p> <p>INFRA-ESTRUTURAS RURAIS E URBANAS Espaços verdes, incluindo jardins e viveiros; Rodovias, incluindo passeios; Cemitérios públicos; Instalações dos serviços públicos da autarquia; Bombeiros.</p>
	<p>TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO Rede viária e urbana. Transportes colectivos na área da respectiva autarquia.</p> <p>CULTURA, TEMPOS LIVRES E DESPORTO Casas de cultura, bibliotecas, museus; Património cultural, paisagístico e urbanístico; Parques de campismo; Instalações e equipamento para prática desportiva.</p>







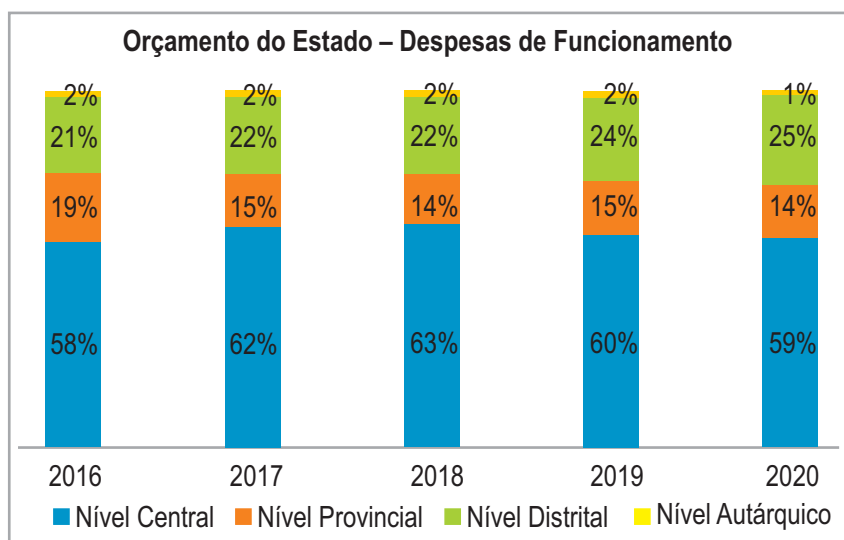
ODS	Competências dos municípios
  	<p>AMBIENTAL</p> <p>Protecção ou recuperação do meio ambiente; Florestamento, plantio e conservação de árvores; Estabelecimento de reservas municipais.</p>
  	<p>Questões de género e instituições transparentes e eficazes são estabelecidos na Constituição da República e também em outras leis.</p> <p>Diante de recursos limitados, formar parcerias com agências de cooperação e privadas é uma maneira de alcançar progresso nos ODS.</p>

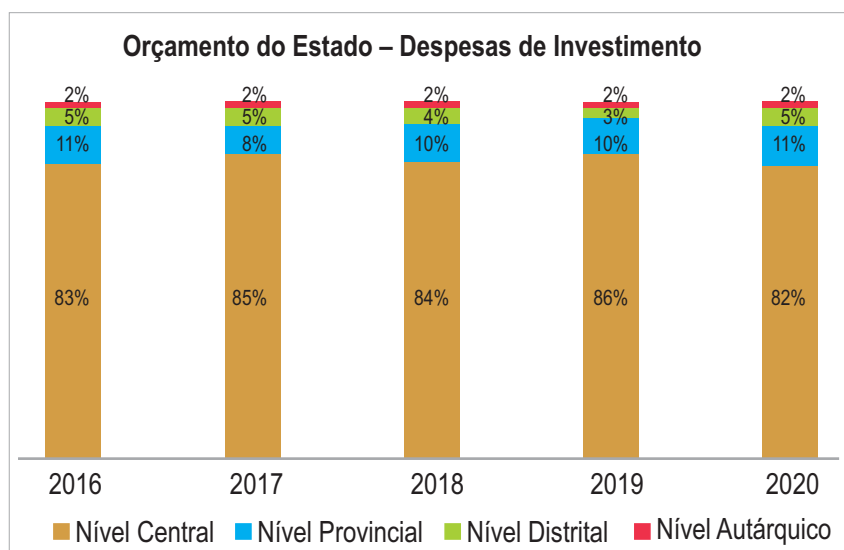
Figura 2: Fonte – Artigo 27 da Lei N° 1/2008 de 16 de Janeiro e Artigo 8 da Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto

São competências exclusivas dos municípios, nomeadamente gestão do solo urbano, estradas urbanas, recolha e tratamento de resíduos sólidos, mercados e feiras, cemitérios, parques e jardins, cultura, desporto e polícia autárquica. Existem igualmente outras responsabilidades que são compartilhadas com o Governo Central ou provincial, tais como educação e saúde primária, iluminação pública e distribuição de energia eléctrica, abastecimento de água e saneamento, transporte público e estradas, habitação social, protecção e conservação do meio ambiente. Estas últimas requerem uma distribuição clara de responsabilidades entre o governo central e os órgãos do governo local para responder de forma coordenada e melhorada às necessidades dos cidadãos.

No entanto, os municípios têm restrições ao exercício das suas competências, expressas na disponibilidade de recursos materiais e humanos. Com relação à distribuição percentual do orçamento do Estado, podemos observar que, de acordo com os gráficos apresentados abaixo, as autarquias recebem 2% do total de recursos alocados às despesas e uma percentagem semelhante dos recursos alocados ao investimento. Neste último caso, este ano (2020) eles receberão até um percentual menor, que chega a 1% do total dos recursos.



Fonte: MEF – elaboração própria



Fonte: MEF – elaboração própria

Embora os municípios também possuam recursos próprios (art.17 da Lei no1/2008, de 16 de Janeiro), decorrentes da arrecadação de impostos e taxas e de acesso a empréstimos, é importante observar que a arrecadação de impostos e taxas, por sua vez, exige certas capacidades de gestão, desde o registro dos contribuintes, consolidação e integração do sistema de cadastro, a determinação da alíquota, a conscientização dos municípios até a coleta; capacidades que em muitos casos estão em processo de desenvolvimento.

Nas Vilas (municípios mais pequenos), os recursos próprios representam pouco mais de 15% do total de seu orçamento e nas cidades, como as capacidades de coleta são maiores, esses recursos representam entre 25% e 35% de seu orçamento.

3.4. O Papel da ANAMM

A Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM), a voz unida dos municípios, criada em 2004, tem o mandato de representar os seus membros diante do governo e demais parceiros de cooperação, fazer lobby e advocacia, capacitar e prestar serviços aos seus membros.

Tal como grande parte das Associações de Municípios, a ANAMM busca basicamente aumentar a intermediação e facilitação de comunicação, nas várias vertentes de gestão municipal, dos municípios junto dos órgãos governamentais, a todos os níveis, tendo em vista a resolução de problemas comuns de prestação de serviços básicos aos municípios. Porém, esta intermediação e facilitação não se cinge apenas às instituições do governo, mas também a todos intervenientes no processo de desenvolvimento municipal.

Nesta perspectiva, o papel da ANAMM está associado igualmente a promoção de mecanismos de coordenação mais efectivas entre governo, parceiros, sociedade civil, academia e os demais interessados na vida municipal.

No que diz respeito aos ODS, ao longo do período de existência, a ANAMM tomou várias iniciativas de divulgação, formação e integração de agendas globais de desenvolvimento e às locais, particularmente nas temáticas ligadas a Agenda 2030.

Entre as iniciativas que a ANAMM tem vindo a levar a cabo, sobretudo a partir de 2016, para a localização dos ODS nos municípios, podem-se referir a realização de seminários de reflexão e discussão sobre Objectivos seleccionados e sessões de capacitação aos técnicos e eleitos.

Estão igualmente entre as acções da ANAMM, na área de género, o reforço do papel da Rede Moçambicana da Mulher Autarca^[1] através de capacitação dos seus membros em matéria ligadas a gestão e orçamentação na perspectiva do género, integração do género na governação municipal, bem como a facilitação nos diferentes painéis de discussão sobre a matéria. AANMM tem ainda em vista a realização de um painel de discussão sobre gestão municipal sensível ao género, para reflectir sobre as barreiras estruturais e sistémicas que afectam a igualdade de género e o empoderamento das mulheres na gestão municipal em Moçambique.

A formação e aperfeiçoamento da capacidade do pessoal da administração pública local é um dos objectivos da ANAMM e nesta perspectiva há também acções de reforço a sustentabilidade financeira dos municípios através da formação de técnicos municipais nas suas diversas componentes, nomeadamente finanças, planeamento e gestão do solo urbano.

Como forma de participar e contribuir neste movimento de desenvolvimento global, a ANAMM tem, desde 2016, partilhado, através da iniciativa da UCLG, Relatório GOLD^[2], as realizações dos municípios nas diversas temáticas dos ODS bem como das acções que a ANAMM tem levado a cabo junto com outras entidades parceiras.

É marcadamente notável o esforço da ANAMM na socialização dos ODS aos municípios, porém, há ainda necessidade de maior sensibilização, acompanhamento, capacitação e divulgação de boas práticas, acções estas que estão no quadro do mandato da ANAMM.

^[1] A Rede da Mulher Autarca é o braço feminino da ANAMM.

^[2] GOLD Report – (*Global Observatory for Local democracy*) ou Relatório Global sobre Democracia Local e Descentralização (GOLD) é uma publicação sobre desenvolvimento urbano e regional, que analisa e compara a situação actual dos governos locais em todo o mundo. Considerado uma publicação emblemática em todo o mundo sobre questões de governação urbana, o relatório é coordenado pela UCLG e pelo Observatório Global de Democracia Local e Descentralização.

4. METODOLOGIA

4.1. Critérios de selecção dos municípios

A proposta inicial para visitas de levantamento de informação, incluía 17 dos 53 municípios, e que foi agendada para os meses de Fevereiro à Junho de 2020. O alastramento da pandemia do COVID- 19 alterou a metodologia de levantamento de informações e só foi possível visitar pouco mais de 40% dos municípios. A alteração da metodologia, para os restantes municípios, consistiu na interrupção de levantamento de informação através de visitas de campo para o resto, para um levantamento de forma remota, através das diversas plataformas digitais de comunicação, facto que influenciou no seguimento normal do trabalho.

Tendo em conta as dificuldades de manejo e acesso as tecnologias de comunicação e informação que alguns dos municípios inicialmente seleccionados enfrentam, a equipa teve igualmente um grande desafio na recolha de informação e verificação destas, devido a esta metodologia posteriormente usada, em razão da pandemia. Cabe salientar que, apesar dos constrangimentos do novo contexto e para manter o rigor da investigação, foram aplicados os inquéritos e entrevistas on-line e, posteriormente, com informações secundárias, efectuou-se a verificação da consistência das informações recolhidas.

Desta forma, apresenta-se a seguir a descrição dos critérios usados:

- ✓ **Categoria dos municípios:** Com a perspectiva de se incluir todas as categorias, que correspondem a dimensão e dinâmica dos Municípios que, conforme previstas da Lei das Cidades e Vilas.
- ✓ **Dispersão geográfica:** Sendo que os municípios estão localizados em áreas geograficamente dispersas do país, a perspectiva foi de garantir a abrangência dos municípios de todas as regiões (Sul, Centro e Norte).

Foi igualmente como critério de escolha e priorização, os municípios que participaram na primeira formação de formadores sobre a localização dos ODS, organizada pela ANAMM e seus parceiros em Novembro de 2019, na Cidade de Maputo.

4.2. Recolha de informações

Os ODS são uma proposta para alcançar um mundo melhor, erradicando a pobreza extrema, reduzindo a desigualdade em todas as suas dimensões, promovendo crescimento económico inclusivo e sustentável, gerando trabalho decente para todos e acima de tudo, logrando assim maior acesso aos serviços. Essa agenda ampla e ambiciosa exige a participação de todos os sectores da sociedade e do Estado, isto é, de representantes de governos, sociedade civil, academia e sector privado, a fim de criar sociedades inclusivas e justas, ao serviço da sociedade actual e das gerações futuras.

Países em desenvolvimento como Moçambique merecem atenção especial, pois, apesar dos esforços do governo, o acesso a serviços básicos, saúde e educação é limitado. A falta de oportunidades para um segmento significativo de famílias se reflecte em indicadores de pobreza e desigualdade que não registram mudanças significativas.

Para preparar o Relatório Voluntário Local sobre a contribuição da gestão municipal para os ODS em Moçambique, foi essencial analisar os indicadores de pobreza e acesso a serviços em cada um dos municípios. As informações dos Censos são fundamentais para essa tarefa, pois recolhem informações de cada unidade familiar sobre o estado da situação, o que permite obter um diagnóstico completo do município. Em 2017, o país realizou um Censo; no entanto, as informações disponíveis apresentam dados agregados no nível do país.

Nesse sentido, a análise do Relatório será orientada para identificar os programas, projectos e acções que os governos municipais estão a desenvolver e os resultados obtidos, sempre que possível, quantificando os

beneficiários. Da mesma forma, através da percepção dos actores, é feita uma tentativa de identificar os problemas mais críticos que cada unidade territorial enfrenta.

Para isso, foram elaboradas ferramentas de recolha de informações dos municípios priorizados, como questionários e entrevistas, aplicados em visitas a municípios. Infelizmente, devido à situação do COVID 19, eles foram interrompidos e as entrevistas tiveram que ser realizadas on-line.

4.3. Aplicação dos questionários de investigação

Foram elaborados e aplicados quatro questionários, com perguntas fechadas e abertas, que conforme as visitas foram ajustadas para obter maior consistência nas informações recolhidas:

- a) **Questionário geral.** Com o objectivo de avaliar o nível de conhecimento dos ODS pelas autoridades, técnicos, actores sociais e privados a serem entrevistados. Além disso, saber se esses objectivos foram assumidos na gestão municipal e quais são considerados os mais relevantes para cada um deles. Esta primeira parte também contribuirá para a ANAMM no desenvolvimento de uma estratégia de disseminação e treinamento para os ODS.
- b) **Questionário para o município.** Para os fins do relatório, este questionário é a principal ferramenta que inclui basicamente perguntas fechadas para recolher informações quantitativas sobre gestão municipal. Inclui: i) dados gerais do município; ii) autoridades de acordo com o sexo; iii) informações sobre seus planos, orçamento e fontes de financiamento; iv) programas e projectos implementados com dados dos beneficiários; v) espaços de participação e controle social; e vi) parceiros que trabalham em aliança com os municípios.
- c) **Questionário para os membros da Assembleia.** Estavam orientadas para o papel que os membros da Assembleia Municipal têm, sobretudo, na aprovação de regulamentos e fiscalização da gestão. As questões limitaram-se basicamente em aferir até que ponto esses regulamentos ou outros instrumentos de gestão municipal estão relacionadas aos ODS.
- d) **Questionário sobre a percepção e participação social.** Destinado a observar, a partir da percepção e experiência dos cidadãos, se a gestão municipal promove a tomada de decisão participativa e o exercício do controle social. Também nos permite ver o grau de envolvimento da sociedade civil na gestão municipal; isto é, se eles conhecem os programas e projectos que estão sendo implementados e em que medida contribuem para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

5. ANÁLISE DE TÓPICOS GERAIS

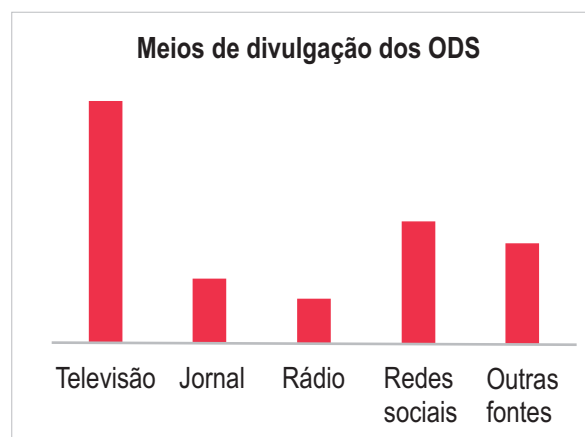
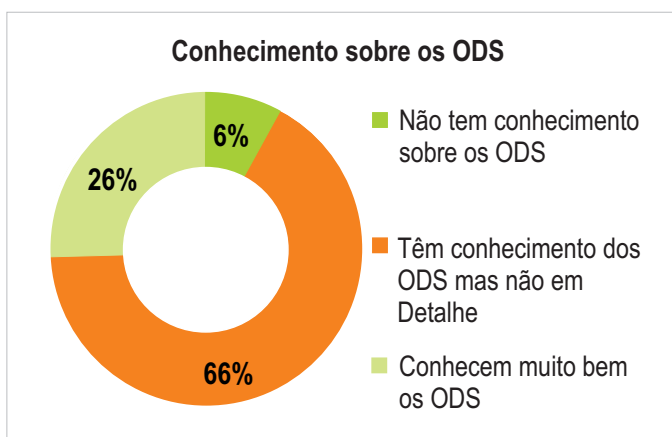
5.1. Perfil dos Municípios

	Nampula	Chimoio	Dondo	Nhamatanda	Mandlakazi	Quelimane	Manhiça
População	653.961	363.336	103.493	62.362	59.714	246.915	77.592
Nº de bairros	18	33	10	12	15	52	21
Ano de criação	1997	1997	1997	2013	1997	1997	1997
Categoria	Cidade B	Cidade C	Cidade D	Vila B	Vila B	Cidade C	Vila A

	Pemba	Moatize	Massinga	Quissico	Maxixe	Chókwè	Xai-Xai
População	200.529	64.398	49.635	25.000	129.993	70.100	140.000
Nº de bairros	13	8	14	11	17	8	15
Ano de criação	1997	1997	2008	2013	1997	1997	1997
Categoria	Cidade B	Cidade C	Vila A	Vila C	Cidade C	Cidade C	Cidade C

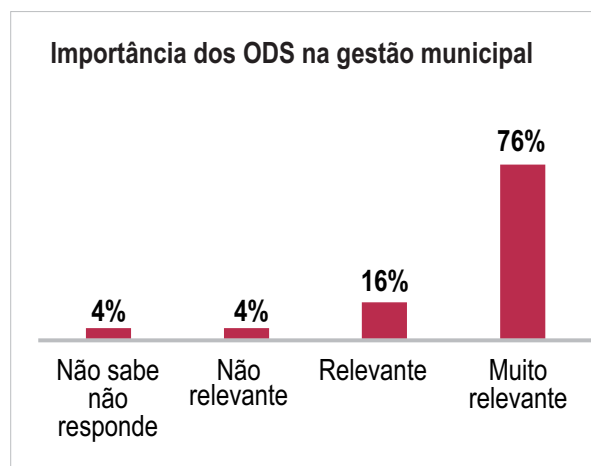
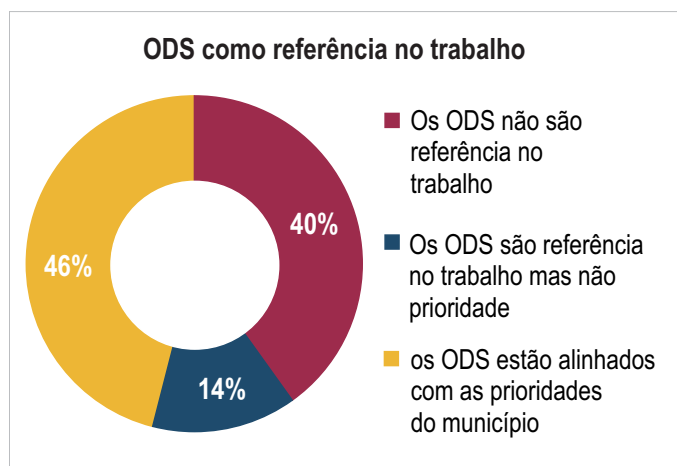
	Boane	Matola
População	106.000	1.032.197
Nº de bairros	33	42
Ano de criação	2013	1997
Categoria	Vila A	Cidade B

5.2. Conhecimento sobre os ODS e fontes de informação



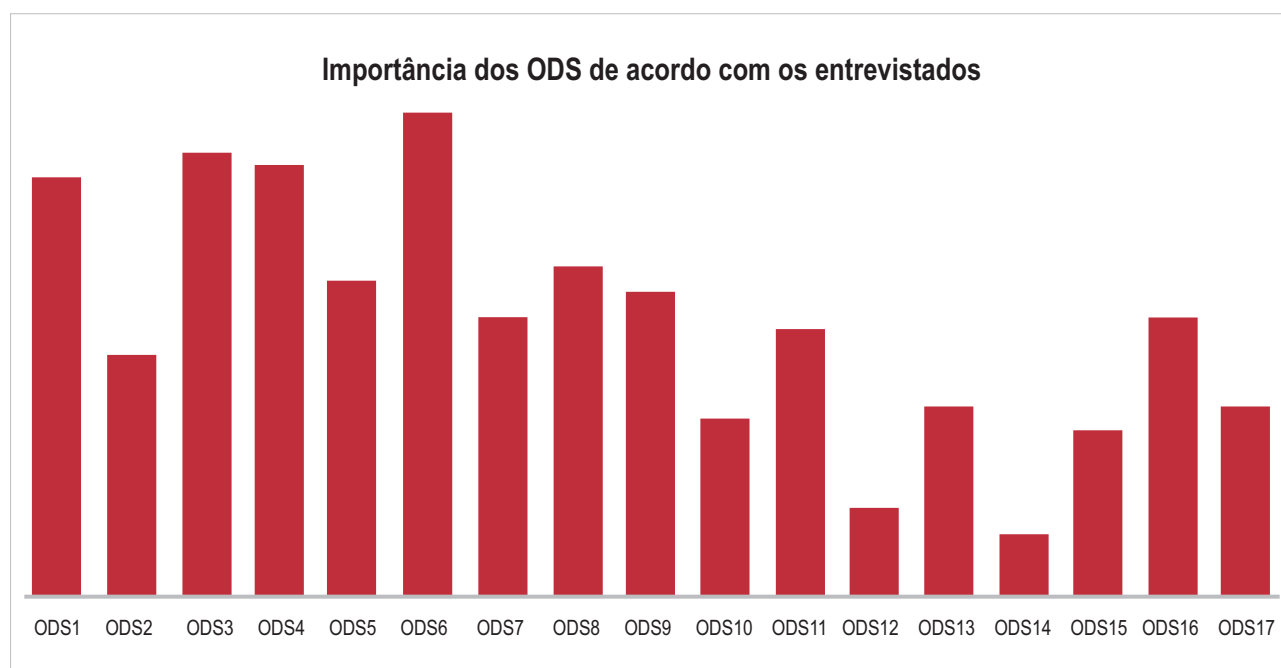
Fonte: Elaboração própria com base em pesquisas aplicadas

Os resultados do questionário geral nos mostram que 66% dos 72 entrevistados ouviram falar dos ODS, mas seu conhecimento é limitado, 26% conectam muito bem os ODS e apenas 8% não tinham conhecimento. Isso mostra que pelo menos 74% dos entrevistados devem ser alcançados com palestras e capacitações, para que os ODS sejam assumidos e integrados na administração municipal.



Fonte: Elaboração própria com base em pesquisas aplicadas

Pelo menos 76% dos entrevistados consideram que os ODS são muito relevantes para a gestão municipal, o que implica que algumas pessoas, mesmo sem conhecer os ODS, têm a percepção de que esses compromissos internacionais são relevantes. Ao identificar os ODS mais importantes para a gestão municipal, podemos ver que o ODS 6 - Água e Saneamento é o mais importante, uma situação que ratificamos nas diferentes entrevistas, pois, apesar dos progressos e esforços, o fornecimento de água é uma prioridade para as famílias moçambicanas. Os ODSs seguintes em ordem de importância são os ODS 3 e 4 (Educação e Saúde) e imediatamente após os ODS 1, 8 e 5 (Pobreza, Desenvolvimento Produtivo e Emprego e Género).



Fonte: Elaboração própria com base em pesquisas aplicadas

6. CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS AOS ODS

Embora os municípios visitados, em geral, não incorporem explicitamente os ODS nos seus planos de médio e curto prazo, os seus programas, projectos e actividades são orientados para a prestação de serviços, atendimento a populações vulneráveis, promoção do desenvolvimento do respectivo território municipal e, em alguns casos, para preservar o meio ambiente. Portanto, a contribuição dos municípios visitados é direcionada ao alcance da Agenda 2030.

A maioria dos municípios priorizados, além de ter um orçamento limitado, teve que enfrentar desastres naturais nos últimos anos, como o Ciclone IDAI e Kenneth, que destruíram uma grande parte das infraestruturas públicas e privadas. Como consequência, as famílias registaram maior empobrecimento, devido à destruição de suas casas e outros bens. Por sua vez, os governos municipais com muitas dificuldades e com muita criatividade, em outros casos, estão se esforçando para reconstruir as infraestruturas públicas para aliviar a situação da população em geral e dos mais vulneráveis, em particular. A seguir, é apresentado um resumo das contribuições mais importantes dos municípios para os ODS:

6.1. ODS 1: Pobreza / Proteção Social



A pobreza vai além da falta de renda e recursos para garantir meios de subsistência sustentáveis. Suas manifestações incluem fome e desnutrição, acesso limitado à educação e outros serviços básicos, discriminação e exclusão social e falta de participação na tomada de decisões. As ações dos municípios estiveram focadas nas seguintes metas:

- ✓ Implementar medidas e sistemas de protecção social;
- ✓ Garantir os serviços financeiros para as pessoas pobres.

Municípios	Ações	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empréstimos a pequenos e médios produtores e empreendedores. Com recursos do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU). Os empréstimos variam de 15.000 MZN a 500.000 MZN. ✓ Emprego. Apoio ao treinamento de jovens para que com melhores qualificações, possam conseguir um emprego (seleccionar lixo e melhorar a limpeza da cidade). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 702 projectos financiados. ✓ 575 mulheres treinadas, em 12 associações.
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pagam as matrículas escolares de crianças órfãs, e fornecem material escolar e uniformes. ✓ Fornecem kits às mulheres (viúvas) para que possam montar pequenas mercearias. ✓ Em muitos casos esses apoios são com contribuições de parceiros e os empresários locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100 crianças. ✓ São 675 kits entregues por ano.
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam os sectores vulneráveis: i) fornecem material escolar, uniformes e sacolas para filhos órfãos de pai e mãe; ii) comida para orfanatos. ✓ O município fornece alimentos para associação de pessoas com deficiência do bairro Mafarinha. Para impedi-los de viver nas ruas, seus membros fazem mensalmente, entre 60 e 70 tapetes e esteiras, cujo mercado principal é a cidade da Beira. O dinheiro obtido é distribuído entre eles. Os mesmos membros treinam aos outros membros 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 50 orfãos beneficiados ✓ 140 membros com deficiência visual, física e auditiva (80 mulheres e 60 homens)

Municípios	Acções	Resultados
Dondo (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 2019, o governo municipal em coordenação com os chefes dos bairros, seleccionaram 67 mulheres em condições vulneráveis (viúvas) para realizar limpeza e outros trabalhos em bairros, estabelecimentos públicos, estradas, jardins, praças e parques. Elas trabalham 3 horas e 3 dias por semana. O salário mensal é de 1050 Meticais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 67 mulheres
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam mulheres vulneráveis (viúvas) na regularização do direito de possuir terras para habitação e produção agrícola. ✓ Empregam mulheres em situação de vulnerabilidade, realizam limpeza e ornamentação. Recebem mensalmente 1050 Meticais por quatro horas de trabalho durante quatro dias por semana. ✓ Empregam aos deficientes visuais, que dão palestras. Recebem 800 Meticais por mês. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 25 DUATs entregues sem custo ✓ 1800 pessoas beneficiadas.
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nas escolas, foram seleccionadas crianças de baixa renda para serem apadrinhadas por voluntários, de modo a receberem uniformes e suprimentos escolares para continuarem com os seus estudos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 172 crianças de escolas beneficiadas
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiadas pessoas com deficiência, em material de compensação diverso (bengalas para cegos, muletas, cadeiras de rodas, etc.) ✓ Fornecimento da cesta básica semanal a 60 idosos vulneráveis da zona municipal. ✓ Subsidiadas as licenças de aprovação de construção nas zonas de expansão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 31 deficientes beneficiados ✓ 60 idosos por semana
Pemba	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concessão de créditos que permitiu: i) Criação 315 empregos gerida por mulheres; ii) Auto sustento dos beneficiários; iii) Melhoria das condições de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1326 beneficiárias
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apesar das restrições financeiras, apoiam com valor monetário a pessoas em situação de vulnerabilidade (doentes de HIV-SIDA e tuberculose) para aspectos específicos, como passagens, medicamentos e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 no primeiro semestre deste ano
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência aos idosos e crianças vulneráveis para melhorar as condições de vida e reduzir a vulnerabilidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1200 em 5 anos
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crianças em situações vulneráveis recebem material higiénico e alimentos. ✓ Apoio a pessoas em áreas de risco, para que possam se mudar para lugares mais seguros. O município concede terra e material de construção; também foram criados abrigos temporários para a população retirada de zonas de risco de desastres. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2479 beneficiários
Chókwè	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam mulheres pobres, chefes de família, na regularização de talhões. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 42 talhões (Nos últimos 5 anos)
Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio com cestas básicas as pessoas carenciadas, identificadas pelos postos administrativos. Esta acção é feita em coordenação com parceiros (associações e sector privado). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 600 famílias beneficiadas em 2019.

Municípios	Acções	Resultados
Xai-Xai (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de uma base de dados, quer das pessoas carenciadas (sobretudo idosos, deficientes e crianças órfãs) quer das principais entidades que apoiam esta camada social. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Este ano beneficiarão 700 famílias
Boane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O orçamento para ajudar às famílias pobres é limitado e eventualmente, com o apoio dos parceiros; dão cestas básicas. ✓ Para apoiar grupos vulneráveis, promovem a criação de cooperativas para gerar iniciativas privadas que melhoram a renda dos pobres. Essas organizações, realizam palestras sobre como criar uma empresa, opções para obter crédito e sobre possibilidades de empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Eventualmente, e de acordo com a contribuição dos parceiros
Matola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prestar assistência social a crianças órfãs e em situação difícil com cesta básica de alimentos e quites escolares. ✓ Realizar campanhas e outras acções de prevenção e combate ao tráfico e abuso da criança. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 60 crianças por ano

6.2. ODS 2: FOME ZERO



Os municípios estão a ajudar a combater a fome e a implementar acções para que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos. Suas acções visam:

- ✓ Atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
- ✓ Aumentar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, através de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e de emprego não agrícola.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entregues DUATS aos camponeses que possam fazer as suas culturas com segurança. ✓ Apoiam aos Agentes PITA, machambas subvencionadas pelo Município que produzem para consumo local (funcionários do município). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 33 Associações de Agricultores
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fornecem géneros alimentícios a pessoas vulneráveis: i) a crianças órfãs; e, ii) a associações de doentes (tuberculose e outros), quem também recebe assistência médica. ✓ Apoiam à produção de hortaliças para o abastecimento da cidade e luta contra a fome, em parceria com associações agrícolas (as que possuem entre 6 a 120 associados) ✓ Foi criado um viveiro municipal e em breve será lançado um projecto "uma horta, um quintal," para acrescentar a produção de hortaliças. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1200, nos dois últimos anos
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em cinco escolas, está sendo implementado um programa "uma criança e uma fruteira", com o objetivo de melhorar a dieta alimentar das crianças através do consumo de frutas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 escolas que abrigam 8070 alunos

Municípios	Ações	Resultados
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência técnica aos produtores e comerciantes ✓ Palestras nos bairros sobre nutrição com produtos locais e feiras de saúde onde os serviços estão disponíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 4.350 beneficiários
Pemba	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Há maior diversificação de alimento e melhoria da dieta nas comunidades, pelas seguintes actividades: i) Diminuição da pressão dos recursos marinhos; ii) Reprodução sustentável do ecossistema marinho; iii) Financiamento das Associações comunitárias por meio de PCR's; iv) Demonstrada capacidade comunitária no âmbito das práticas agrícolas adaptadas as mudanças climáticas (sistemas agro florestais e agricultura de conservação) em CDR's envolvendo 152 produtores dos quais 53% foram mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1898 beneficiários
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município em coordenação com parceiros assistiu com apoio alimentar às famílias que foram afectadas pelo ciclone IDAI, em três modalidades: <ul style="list-style-type: none"> ○ Comida pelo trabalho, num período de quatro meses, onde as pessoas faziam limpeza nos bairros da cidade, com uma remuneração de 2.500 Meticais convertido em produtos alimentares. ○ Em outros casos, uma remuneração de 1.050 Meticais foi concedida às pessoas vulneráveis. ○ Apoio a idosos, deficientes, doentes crónicos com produtos alimentares. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 350 pessoas ✓ 41 beneficiários ✓ 890 beneficiários
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição de insumos agrícolas e assistência técnica aos camponeses e associações agrícolas para melhorar a produção e produtividade e garantir a segurança alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 10.000 em 5 anos
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio aos produtores com insumos agrícolas (sementes, pesticidas, ferramentas e regadores), limpeza de canais de irrigação e assistência em técnicas de produção. ✓ Promoção da produção de gado caprino, um casal de cabritos é entregue às famílias e, quando multiplicam, os beneficiários dão ao município um casal para que esse possa ser entregue a outra família e o programa seja sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1565 beneficiários ✓ 3391 animais entregues
Chókwè	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Centro Aberto fornece alimentação, às segundas, quartas e sextas-feiras, para idosos que vivem nas ruas e para pessoas com deficiência. Os comerciantes apoiam com produtos alimentares. ✓ Dão uma cesta básica para idosos e crianças em situação de pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 53 beneficiários
Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mulheres treinadas em nutrição. ✓ Apoio a Associação Mudjokomissa para promover a produção de arroz. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 69 mulheres

6.3. ODS 3: BOA SAÚDE E BEM-ESTAR



O acesso aos serviços de saúde ainda é limitado, devido à infra-estrutura, equipamentos e pessoal insuficientes, especialmente nas áreas rurais. Portanto, embora os municípios não possuam competências expressas nesse sector, suas iniciativas para expandir o acesso estão a ajudar a reduzir doenças.

- ✓ Reduzir as epidemias de SIDA, Tuberculose, Malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis
- ✓ Atingir a cobertura universal de saúde.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Asfaltagem de 3 km de estrada do acesso ao Hospital Geral. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ População que assiste a esse hospital
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de palestras sobre prevenção de doenças transmissíveis. Isso melhorou os indicadores de saúde pública, com destaque para a não ocorrência de casos de cólera. ✓ Acompanham campanhas de vacinação; ✓ Dão importância aos cuidados psiquiátricos, acompanhamento e apoio às famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 156.500 pessoas, nos últimos 5 anos ✓ Não há casos de cólera há mais de 7 anos
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município coordena com o Distrito que possui 5 unidades sanitárias. Os contributos directos são: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ajuda a manter 2 hospitais limpos; ○ Este ano vão construir um centro de saúde e a maternidade está em ampliação; ○ Também realizam inspeções de higiene nos mercados e os fornecedores têm um cartão de saúde. ○ Realizam formações a jovens (sobre primeiros socorros e saúde básica); ○ Trabalham em coordenação com as rádios comunitárias na prevenção comunitária em saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o sector da saúde com práticas que previnam doenças
Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi construído um hospital e está em fase de construção uma casa para enfermeiros. O desafio é o equipamento. ✓ Os principais problemas de saúde são: a diarreia, cólera e malária, doenças ligadas a escassez de água e baixa qualidade do saneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atenção Primária à Saúde
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Um centro de saúde está sendo construído para descongestionar o único hospital que eles têm. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar a atenção da saúde
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Palestras sobre HIV/SIDA e gravidez precoce. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5.200 munícipes
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construíram um centro de saúde para prestar cuidados primários de saúde, mas não possuem o equipamento necessário e a atenção é limitada. ✓ Também foi comprada uma ambulância. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A população do município

Municípios	Acções	Resultados
Massinga	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação das mulheres de todas idades em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva e casamento prematuro. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 256 mulheres por ano
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção de um Centro de Saúde para reduzir a distância de acesso aos serviços de saúde. ✓ Realização de palestras educativas sobre prevenção de várias doenças. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5000 beneficiários
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reabilitação da infra-estrutura de saúde e construção de um novo centro de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda a população
Chókwè	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção de uma maternidade, pois o único hospital fica muito distante. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ População de 3 bairros
Matola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar a construção, a reabilitação de unidades sanitárias de cuidados primários e o seu apetrechamento em mobiliário hospitalar e meios de transporte. ✓ Sensibilizar a i) jovens e mulheres para aderirem ao planeamento familiar; e, ii) as mulheres grávidas para aderirem ao parto nos serviços hospitalares. ✓ Promover a saúde preventiva de doenças preveníveis e valorizar a contribuição da medicina tradicional e do uso de plantas medicinais na prevenção e combate à doenças. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 maternidade construída e equipada ✓ Participação de mais de 100 pessoas nas palestras dos bairros

6.4. ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Em Moçambique, ainda é um desafio aumentar o acesso à educação em todos os níveis. O desafio é extensivo ao aumento das taxas de matrícula escolar, especialmente para mulheres e meninas. Além disso, está o aumento da alfabetização. Os municípios cientes dessa tarefa, ainda não tem transferidas as funções e competências do sector da educação, e trabalham para contribuir com a seguinte meta:

- ✓ Apoiar que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário, de forma que seja de acesso livre.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção da biblioteca municipal. ✓ Construção de uma escola municipal que será administrada pelo município. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alunos da área municipal com mais acesso a equipamentos de educação
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição de material escolar e uniforme a crianças carenciadas. ✓ Também entregam kits de primeiros socorros às escolas. ✓ Organizam palestras nas escolas para evitar o abandono escolar, a gravidez e o casamento prematuro, o HIV/AIDS e o uso de drogas. Essas palestras são regulares (acontecem todas as sextas-feiras). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1500, nos cinco últimos anos ✓ Melhoria na retenção de crianças nas escolas e do aproveitamento pedagógico.

Municípios	Ações	Resultados
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em três escolas de ensino básico (escola primária) o município apoia: i) na construção de salas de aula; ii) no fornecimento de carteiras e material escolar. ✓ Dão palestras para prevenir gravidezes e casamentos prematuros, HIV/SIDA e violência. Também têm programas de prevenção nos rádios comunitárias. ✓ Promovem a prática de várias actividades desportivas e jogos tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Menos alunos passem aulas ao céu aberto e sentadas no chão
Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município interveio na construção de 3 salas de aulas do ensino primário com recursos próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 150 alunos (50 em cada sala)
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Uma biblioteca municipal foi construída. ✓ As salas de aulas são construídas para expandir as escolas, dada a insuficiência de infra-estruturas. ✓ Material escolar e uniformes são entregues a crianças carentes, identificadas pelas próprias escolas. Se promove essa iniciativa, com recursos dos próprios funcionários que são padrinhos das crianças desfavorecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todos os estudantes 9 salas de aula construídas ✓ 120 crianças beneficiadas por ano
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Duas bibliotecas instaladas nos postos administrativos, com material bibliográfico para alunos de escolas, faculdades e universidades. Além disso, ter internet e computadores. ✓ Têm uma escola para ensinar aos estudantes e aos munícipes sobre o uso da internet e da tecnologia da informação. ✓ Na cidade, há espaços públicos adequados para leitura, onde as pessoas também têm acesso gratuito à internet. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todos os estudantes e munícipes
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio na construção de 29 salas de aula e reabilitação de 12, aquisição de 650 carteiras escolares e construção de 4 blocos sanitários nas escolas. ✓ “Concurso a escola mais limpa” e dão um prémio a escola vencedora. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 4.782 alunos e professores beneficiados
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As 11 escolas primárias têm salas de aula insuficientes, com até 80 a 90 alunos. O município não tem recursos para expandir a infra-estrutura, apenas para melhorar as condições. ✓ Com apoio de uma empresa, se entregou carteiras escolares destinadas as crianças que se sentavam no chão para que passassem a ter aulas sentadas nas carteiras. ✓ Têm campos desportivos, mas são negligenciados e não é fácil promover o desporto nessas condições, mas com apoio de uma empresa privada o campo foi melhorado, que actualmente precisa de equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorias como pintura em salas de aula ✓ 400 estudantes beneficiados
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção e apetrechamento (carteiras) de salas de aulas para reduzido o número de alunos que estudam ao relento. ✓ Distribuição de material escolar para aumentar a cobertura escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 3000 estudantes ✓ 10 escolas e 1310 alunos beneficiados.

Municípios	Acções	Resultados
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quatro salas de aula foram construídas e entregues, incluindo 100 carteiras. ✓ Equipamento desportivo de diferentes disciplinas nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 400 crianças e beneficiadas. ✓ 9 escolas beneficiadas
Chókwe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção de cinco salas de aulas com 200 carteiras e um bloco para a parte administrativa. Cada turma tem 50 alunos. ✓ Apoiam as crianças pobres que estudam na escola primária com material escolar. As escolas fornecem informações sobre as crianças mais carenciadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 250 alunos ✓ 640 crianças beneficiárias
Matola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição de carteiras e de material didáctico ✓ Requalificação de campos multiusos ✓ Concurso Literário 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2500 carteiras para 10 zonas de influência pedagógica, beneficiando mais de 15000 crianças

6.5. ODS 5: IGUALDADE DE GÉNERO



A igualdade de género não implica apenas acesso igual à educação, assistência médica e trabalho decente, mas também maior participação em espaços de tomada de decisões políticas e económicas para promover economias sustentáveis que beneficiem as sociedades e a humanidade como um todo:

- ✓ Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dentro do quadro administrativo do Conselho Municipal está a ser realizada a promoção das mulheres na Função Pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 40% dos funcionários são mulheres
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de palestras sobre equidade de género. ✓ Nomeação de funcionários a cargos de confiança e chefia, obedecendo os aspectos de género. ✓ Aumento do número de mulheres a realizarem actividades económicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 6500 nos últimos 3 anos ✓ 57% dos vereadores e directores são mulheres
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promove a maior participação das mulheres nos espaços de decisão. ✓ Efectuam palestras e sensibilização no sector privado para observar a questão da igualdade de género no processo de contratação de mão de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 50% dos vereadores são mulheres
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 12 Palestras sobre os direitos de igualdade do género. ✓ Treinamento a mulheres em empreendedorismo, as quais depois fazem pequenos negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 4.350 pessoas ✓ 10 mulheres

Municípios	Acções	Resultados
Manhiça (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ao nível do município estão a avançar na contratação de mulheres. ✓ Criaram um Fórum da Mulher, onde 42 representantes dos 21 bairros analisa os problemas mais importantes que o município deve atender. Exemplo é o COVID-19. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 37% dos funcionários são mulheres
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município possui um número significativo de funcionárias (mulheres), tanto em cargos técnicos quanto em cargos de liderança (chefes das repartições.). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mais de um terço nos cargos de liderança
Massinga	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação das mulheres de todas idades em matéria de empoderamento da mulher e violência baseada no género. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 256 mulheres por ano
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizadas várias palestras sobre equidade do género e empoderamento da mulher para sua inclusão social, política e económica e nos órgãos de tomada de decisão. ✓ Criação da Rede da Mulher Autarca e protecção da criança e da rapariga. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2.000 em 5 anos
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Treinamentos técnicos para mulheres, em situação de pobreza, em corte e costura e, em seguida, <i>kits</i> básicos foram oferecidos para que elas pudessem começar a trabalhar. ✓ Foi criada uma rede de mulheres para apoiar as vítimas de violência doméstica e casos de casamentos prematuros, assim são dadas palestras para evitar uniões prematuras. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 45 mulheres treinadas e 8 kits básicos de máquinas de costura foram entregues ✓ Palestras uma vez a cada mês
Chókwé	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As mulheres são capacitadas em empreendedorismo, em coordenação com um instituto de treinamento técnico, e depois lhes são dados <i>kits</i> para iniciarem os seus negócios. ✓ São dadas palestras para combater a violência e para as meninas que frequentam a escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 180 Mulheres treinadas e 85 <i>kits</i> entregues ✓ 48 palestras, com participação de 6.096 muniçipes
Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 Treinamentos em corte e costura para mulheres, em situação de pobreza ✓ Por meio de associações, realizam actividades de conscientização e visitas de acompanhamento às vítimas de violência doméstica. ✓ Palestras para divulgar a lei que proíbe as uniões prematuras. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100 mulheres e 5 homens
Matola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar e divulgar oportunidades de negócios para os diversos segmentos sociais de mulheres: <ul style="list-style-type: none"> ○ Capacitações em gestão de negócios junto a parceiros. ○ Fomentar o associativismo e do cooperativismo. ○ Mobilizar mulheres para a adesão à alfabetização e a outros níveis de escolarização e à formação profissional. ○ Prestar assistência social a mulher portadora de deficiência física e em situação difícil. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 200 mulheres beneficiadas e criada uma plataforma para promover o empreendedorismo

6.6. ODS 6: ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



A escassez e a má qualidade da água e o saneamento inadequado influenciam negativamente na segurança alimentar e na saúde das famílias pobres. Como esse problema é maior na área rural, os municípios estão a direcionar seus esforços para atender a essa necessidade vital.

- ✓ Apoiar no alcance de maior acesso à água potável e segura para todos.
- ✓ Aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os sectores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

Municípios	Ações	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município promove a água nos bairros de expansão, através da empresa municipal de água e saneamento (EMUSANA), porque a empresa pública de abastecimento de água (FIPAG) chega só aos bairros da zona consolidada. O trabalho desenvolvido foi: <ul style="list-style-type: none"> ○ Purificação de água. ○ Novas ligações domiciliárias. ○ Construção e reparação de fontanário e abertura de furos. ✓ No projecto do Banco Mundial (Projecto de Água e Sanemanto) beneficiará a 2.500 famílias e inclui: i) Ampliação do serviço de abastecimento de água potável, através da construção de 250 furos de água, o que implica fornecer água a bairros onde o sistema não chega; ii) Construção e melhoria de sanitários públicos, drenagem e esgotos para evitar a contaminação dos rios. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 58.412 ligações domiciliárias ✓ 10 fontanários públicos construídos e 33 reparados ✓ 5 furos abertos e 131 foram tratados.
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Abertura de furos de água e expansão do grau de cobertura de água pública. Aumento do número de municípes beneficiários de água potável. ✓ Os 33 bairros têm água no município, mas não de forma regular e em todas as áreas. Embora o FIPAG esteja presente, o município reabilita as bombas de água e estão a adquirir máquinas para abertura de furos a um menor custo.^[3] 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 25.000 furos nos últimos 5 anos
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município fornece a água em cinco bairros, através de 12 fontanários, feitos com recursos próprios. A FIPAG fornece água e está a expandir as conexões para os outros 5 bairros. ✓ O município também distribue cloro nos bairros para tratamento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 bairros fornecidos com água pelo município
Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Município fornece água com 61 furos porque o FIPAG não chega ao município ✓ Tem três pequenos sistemas de água, dois deles foram construídos no período de emergência pós ciclone IDAI (2019). Este ano (2020), o município vai construir dois sistemas para dois bairros. ✓ O principal problema do município é a falta de água. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 3 bairros têm água com mais regularidade e os restantes 9 não. ✓ 200 conexões domiciliares (população de mais de 62.000 habitantes)
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Possuem um sistema de água que remonta do ano 2009 com capacidade para 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 8 bairros são

[3] No Município de Chimoio o custo de abertura de um furo é estimado entre 500.000 e 600.000 Meticais

Municípios	Ações	Resultados
Mandlakazi (cont.)	<p>600 ligações e é insuficiente para poder atender a solicitações de novos contratos. Por isso, tem um projecto para expandir o sistema ou criar sistemas de abastecimento de água.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os restantes bairros possuem bombas manuais, em muitos casos porque não têm energia elétrica. 	atendidos, embora dois deles com restrições.
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A abertura de furos do município tem um problema, a água encontrada é salgada (cidade costeira) e serve apenas como suporte para cobrir outras necessidades e não para consumo. ✓ 3 bairros ainda não possuem esse serviço importante e nos outros (49) o abastecimento de água não é regular. 	✓ 21 furos abertos somente para consumo doméstico das famílias
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O município fornece água à população (77%) e também há provedores privados (15%). Nos últimos anos, a capacidade de armazenamento de água aumentou em 70.000 litros (de 20.000 para 90.000 litros). ✓ Também foi construído um depósito elevado de 42,5 mil litros e foram abertos 56 furos manuais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 800 beneficiários ✓ 1.500 beneficiários
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ FIPAG fornece água, mas o município apoia com a abertura de furos, que são usados principalmente na estação seca. 	✓ 3 furos e fontanários
Quissico	<p>Expansão da rede de abastecimento de água com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Abertura de furos de água; ✓ Requalificação do Sistema de Abastecimento de água; ✓ Distribuição de manilhas de Betão para melhoramento de poços a céu aberto. 	✓ 15.000 beneficiários nos últimos 5 anos
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O FIPAG fornece água a 82% dos bairros, mas parcialmente e não as 24 horas por dia. O município apoia com vários furos (manuais e automáticos) para abastecimento das famílias sem acesso a água da rede pública. 	✓ 6 furos abertos manuais e sistemáticos/ com electrobombas
Boane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando o município foi criado, a cobertura de água era baixa e foi de atenção prioritária, mas, devido à expansão dos bairros, ainda há muita demanda. O FIPAG abastece parcialmente no centro da cidade, todos os outros bairros são atendidos pelo município, através de vários sistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 15% de cobertura de água o 2014 (3 bairros) ✓ 95% de cobertura em 2020 (32 bairros)

6.7. ODS 7: ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA



Energia não significa apenas cobrir as necessidades de eletricidade das famílias e ampliar a iluminação pública, pois é uma oportunidade de criar empregos, proporcionar segurança aos cidadãos e produzir alimentos. O acesso à energia é essencial para todos e os municípios estão a trabalhar para alcançar:

- ✓ O maior acesso a serviços de energia.

Municípios	Acções	Resultados
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de postes de energia e de candeeiros públicos. Aumento do número de Municípios com acesso aos serviços de energia eléctrica da rede nacional. ✓ A cada seis meses, eles substituem as lâmpadas queimadas nas diferentes ruas da cidade, para contribuir com a segurança dos cidadãos. 	✓ 18.600 nos últimos 2 anos
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em parceria com a EDM, realizam a expansão desse serviço. 	✓ 3 escolas da turma da noite
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de 200 candeeiros de iluminação pública; ✓ Aquisição de 200 postes para a expansão eléctrica; ✓ Instalações de painéis solares nas áreas dispersas e com as águas residuais produzem biogás. 	✓ 3.300 pessoas beneficiárias
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Expansão da rede eléctrica, através de aquisição e colocação de PTs para aumentar número de bairros com iluminação pública. 	✓ Ruas iluminadas e maior segurança aos municípios
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Expansão da rede eléctrica nos bairros de expansão e os bairros sem acesso a rede eléctrica. 	✓ 5 KMs de média tensão e 12KMs de baixa tensão.

6.8. ODS 8: EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO



A falta de oportunidades de emprego é um grande desafio para superar a pobreza, embora também seja muito importante ver a qualidade do emprego, pois ter um, nem sempre permite que as pessoas possam superar a pobreza. Nesse contexto, promover o desenvolvimento económico, sem prejudicar o meio ambiente, é essencial para criar melhores condições de emprego para as pessoas e para redução da pobreza.

- ✓ Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as actividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.
- ✓ Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No desenvolvimento agrícola o suporte é abrangente: <ul style="list-style-type: none"> ○ Concessão de DUAT a associações que incluem direitos de moradia e 	✓ 33 organizações

Municípios	Acções	Resultados
Nampula (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ○ produção; ○ Através do SMAMP, fornecem sementes e mudas; ○ Suporte em marketing. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para a vacinação do gado, o município aguarda alertas e coordena com a Direcção Provincial de Agricultura. ✓ Capacitação dos agentes económicos, em matérias de gestão e desenvolvimento de negócios e em associativismo. ✓ Melhoria das condições de mercado, como o acesso à serviços básicos e instalação de banheiros. Também se apoiou com materiais (cimento e outros) para que os comerciantes construíssem alpendres sustentáveis. ✓ A construção do TakeAway (estabelecimento de confecção de comidas rápidas e venda de outras coisas) beneficiou aos vendedores ambulantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 423 pessoas ✓ Os comerciantes dos 10 mercados e outros ambulantes (90% da população)
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição de insumos agrícolas (sementes melhoradas) e assistência técnica (treinado em novas técnicas de produção agrícola e outros) para o aumento do índice de produção e productividade a associações com experiência na área. ✓ Foi lançada uma campanha, um vegetal e um quintal de vegetais. Posteriormente, será expandido para frutas, uma fruta e um quintal de frutas. ✓ Construção de alpendres e abertura de novos mercados e ajudam a criar relacionamentos com os clientes. ✓ O município apoia aos jovens por meio de Bolsas de Estudos (pagamento dos custos dos cursos) e distribuição de Kits de trabalho. O Instituto de Formação Profissional Alberto Cássimo (FPLAC) treina aos jovens em cabeleireiro, alfaiataria, fornecedores e outros. ✓ Preservação de espaços para implantação de empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 650 nos últimos 4 anos ✓ Seis associações agrícolas que têm uma média de 20 associados ✓ 24,000 pessoas nos últimos 3 anos ✓ 3200 nos últimos 5 anos
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilizam na prática agrícola sustentável e promovem a troca de experiências entre produtores para que estes melhorem suas práticas. ✓ Fornecem sementes de hortícolas e suprimentos de qualidade, em parceria com a UNAC e a UDAC e os técnicos do município dão apoio, que vai desde a preparação do solo e no caso de pragas, o município pede apoio aos serviços da província. ✓ Em datas festivas, organizam feiras para promover a comercialização de produtos agrícolas e da gastronomia local. ✓ Construção de um mercado para a comercialização de produtos e com o apoio da UNHABITAT realizam a manutenção dos mercados, após o IDAI. ✓ Em relação à pecuária, gado & cabras e piscicultura, o município vincula aos produtores com os serviços da província, com os quais trabalha em coordenação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 6 associações e produtores individuais ✓ 10 férias ao ano

Municípios	Acções	Resultados
Dondo (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em coordenação com a Associação de Combate à Pobreza (ACP) e a África Jovem, os jovens são treinados em um Centro de Treinamento Técnico em electricidade, computação, costura, marketing e outros. O município paga o custo e faz entrega de kits para que possam começar seu trabalho. ✓ O município possui uma zona industrial, com o objetivo de atrair investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 350 Jovens
Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiam agricultores individuais com insumos e treinamento em técnicas para melhorar a produção agrícola, especialmente cereais e vegetais. ✓ Realizam feiras para: i) a comercialização de produtos; ii) para promover o acesso ao crédito para pequenos produtores agrícolas, nas quais os vinculam a entidades financiadoras (BCI, África OEX) ✓ Foi construído um mercado com fundos próprios e três banheiros públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 9 Associações
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O mercado central foi reabilitado e ampliado, com várias seções: água e casas de banho. Foi gerado emprego, pois recebe muito mais comerciantes de bens e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ beneficiados: 135 vendedores, produtores e as famílias
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em coordenação com parceiros, apoia a agricultura. O município é urbano e não possui grandes parcelas de terras agrícolas, mas são promovidas as hortas. ✓ Possui um centro de compostagem com resíduos recolhidos nos mercados, que são transformados em compostos orgânicos (fertilizantes) e entregues aos agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 60 pessoas da associação de camponeses, ✓ 2 associações juvenis ✓ 7 escolas secundárias. ✓ 1 universidade ✓ as escolas e a universidade usam-no também como campo de aulas práticas.
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de incentivos fiscais para pequenas, médias e grandes empresas. ✓ Apoio anual em kits de sementeira aos associados e apoio na preparação da terra através dos 2 tratores municipais (cultivam batata doce, cana-de-açúcar e outras). ✓ Criação de condições para priorizar a força de trabalho local para projectos e obras locais realizadas pelo município. ✓ No mercado, foram construídos 3 pavilhões com capacidade de 144 postos cada; incluindo latrinas. ✓ Está na fase final a construção de um mercado grossista municipal (95% de progresso). O objectivo é não ter comerciantes nas ruas. ✓ Promoção de feiras anuais intituladas "Feira 18 de Maio". 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1.500 Pessoas ✓ 144 famílias associadas ✓ 20.000 de entre vendedores e clientes
Pemba	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criada estufa pelo município. Estufa que fornece diferentes tipos de plantas, quer de frutas, sombras e de ornamentação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os municípes

Municípios	Acções	Resultados
Pemba (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criado novos postos de emprego para os jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 59 novos postos
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É um município produtivo que fornece bens para outros municípios e fora das fronteiras do país, portanto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Três mercados estão em construção; ○ Organizam feiras semanais envolvendo compradores de países vizinhos. Portanto, exigem um recinto adequado, com casas de banho e outras instalações. ✓ Apóiam a instalação das pequenas e médias empresas, e sensibilizam para uso da mão de obra local. ✓ Dão palestras nos bairros aos jovens, sobre empreendedorismo como uma forma de minimizar o problema do desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Três mercados em construção ✓ Feiras semanais para promover a produção local e comercialização ✓ 1.750 Jovens beneficiados (980 mulheres e 770 homens).
Massinga	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência dos produtores de baixa renda para conseguirem uma colheita melhor; ✓ Promoção de feiras de comercialização de artesanato, promovendo a troca de técnicas e conhecimentos; ✓ Promoção de feiras agrícolas de comercialização de produtos; Comercialização de produtos a preços acessíveis; ✓ Reorganização dos mercados municipais, criação de corredores e reestruturação das bancas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 888 Produtores ✓ 2.893 artistas, expositores e população ✓ 921 entre expositores e municípios ✓ 2048 vendedores
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a criação de associações agrícolas para fornecer assistência e aumentar a produção. ✓ Promoção de emprego através do licenciamento e promoção de pequenas actividades comerciais e semi-industriais ✓ Promoção de pequenas empresas (estaleiros de construção civil, processamento de carnes e prestação de serviços diversos para aumentar a renda, emprego e reduzir pobreza. ✓ Promoção de feiras agrícolas para reduzir o custo de bens de consumo e criar oportunidades de venda para os produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 80 produtores ✓ 250 licenças concedidas ✓ 250 beneficiários nos últimos 5 anos ✓ todos municípios
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fornecem suprimentos veterinários como desparasitantes e vacinam aos bovinos. ✓ Treinam pescadores em pesca sustentável. Constroem mangais para proteger a produção de mariscos e peixes; ✓ Construção de dois mercados, um para venda de mariscos. ✓ Realizam feiras para vincular o produtor e o consumidor. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ desparasitaram 1817 bovinos e vacinaram 3774
Chókwè	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrega de sementes e suporte na limpeza das áreas de drenagem que servem como sistema de irrigação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 50 camponeses e 15 associações

Municípios	Acções	Resultados
Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivo aos munícipes para o auto-emprego através da criação de micro empresas com financiamento do PERPU, com prioridade para as mulheres viúvas e jovens. Os interessados apresentam ao município um projecto (carpintaria, agricultura, agropecuária, etc), Se for viável é financiado, mas o capital deve ser devolvido para que outros sejam beneficiados. ✓ Incentivam a parceria público privada na qual o município reabilita ou constrói uma infra-estrutura, sobretudo em turismo e concessionaria a privados para a sua exploração mediante pagamento taxas/renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ De 95 projectos apresentados, 67 foram financiados ✓ 1 infra-estrutura: centro do campismo da praia do Xai-Xai.
Boane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apóiam o sector agrícola na preparação da terra e no fornecimento de sementes a famílias e associações. ✓ Apoio aos pescadores associados (Associação de Mahanhane). ✓ Formação em gestão de pequenos negócios, a fim de promover o empreendedorismo. ✓ Apoio na formalização de informais, em parceria com a Câmara do Comércio Juvenil. ✓ Construíram dois mercados e um terceiro está em processo. O objectivo é melhorar as condições de comercialização, remover vendedores de locais inadequados e criar empregos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2.476 beneficiários ✓ 80 pescadores ✓ 30 jovens receberam as respectivas licenças; ✓ 2 mercados construídos e 1 em processo.
Matola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção do emprego, através do financiamento (recursos PERPU) de projectos productivos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 242 jovens

6.9. ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Existem muitos problemas nas cidades, como a falta de fundos para a prestação de serviços básicos, a falta de moradias adequadas, a deterioração da infra-estrutura, o transporte público e a gestão de resíduos sólidos. Da mesma forma, a necessidade de reactivar a economia e gerar emprego, preservando o meio ambiente. O desafio desse panorama complexo é conseguir enfrentar todos esses problemas de maneira integrada para alcançar comunidades sustentáveis.

- ✓ Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos.
- ✓ Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.
- ✓ Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural. Reduzir o impacto ambiental negativo, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Possui um plano de ordenamento territorial, mas tem problemas na implementação, pelos invasores de terras e construções desordenadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 150 famílias de 33 organizações

Municípios	Acções	Resultados
Nampula (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Famílias realocadas, beneficiadas com DUAT e casa pela construção um cordão de proteção para a linha de férrea, ✓ Melhoria das áreas verdes ✓ A recolha de resíduos abrange 16 bairros e nos restantes não há cobertura por falta de acesso. ✓ Está em execução um projeto financiado pela cooperação italiana (Nampula ainda mais limpa, que inclui: i) Construção de um aterro sanitário. ii) Treinamento de 575 mulheres de 12 associações para selecionarem lixo e melhoria da técnica de varrer. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Um jardim ✓ 930 metros cúbicos de lixo recolhido por dia
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Parcelamento e atribuição massiva de DUAT, o que melhorou as condições de habitação. ✓ O município já não tem terra disponível por isso só disponibiliza DUATS a famílias carenciadas. Para fazer isso, conversam com os proprietários de terras para que eles possam transferir para os necessitados e o município ajuda a regularizar os direitos de propriedade. ✓ Construção de estradas e pontes, o que melhora as condições de trânsito na cidade. Uma das prioridades é abrir e expandir as vias de acesso para ligar aos bairros. ✓ Transporte público: Aquisição de meios para transporte público que facilita a movimentação de pessoas e bens. ✓ Promoveram a associação de motocicletas que prestam esse serviço, o que reduziu os acidentes e aprimorou equipamentos. ✓ Construção de gambiões em locais de ocorrência de erosão, também plantio de árvores de sombra e de fruta. Tudo isso para alcançar situações ambientalmente adequadas. ✓ Melhoramento e preservação de Jardins existentes, porque isso melhora as condições ambientais. ✓ Recolhem o lixo de porta em porta na área consolidada. Nos demais bairros, têm equipas de pessoas que recolhem porque não é possível aceder com veículos. O município possui contentores e os coletam de acordo a cronograma. ✓ Está em andamento um acordo com a Coca-Cola para reciclar garrafas de plástico de modo a evitar a poluição ambiental ✓ O principal desafio é a construção do aterro sanitário. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 35.600 famílias nos últimos 5 anos ✓ 36.300 pessoas que transitaram (nos últimos 5 anos) ✓ 12 viaturas e 65.000 pessoas beneficiárias nos últimos 2 anos ✓ 363.000 pessoas, nos últimos 4 anos com ambiente melhorado ✓ 45.000 beneficiários com áreas verdes ✓ 363.000 pessoas, nos últimos 5 anos com recolha de lixo
Dondo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1350 famílias afectadas pelo ciclone reassentadas em locais seguros, após IDAI. Outras legalizações estão pendentes para garantir que sejam em locais seguros. ✓ Em conjunto com a UN HABITAT preparam um projecto e o plano de reconstrução pós ciclone. Inclui quatro modelos de construções resilientes: i) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quase 2000 DUATs concedidos ✓ Plano de reconstrução pós

Municípios	Acções	Resultados
Dondo (Cont.)	<p>como reabilitar as casas afectadas: ii) como reforçá-las; iii) nova construção com materiais convencionais; iv) nova construção com materiais locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Artesãos locais e donos das casas capacitados (na teoria e na prática, em reconstrução resiliente e já existem fornecedores de materiais para garantir sua qualidade. Se está em busca de financiamento). ✓ Manutenção de áreas verdes, como parques e praças e estão a plantar mudas de acácias para arborização a cidade ✓ Existe uma empresa municipal, que liga Dondo a Beira, que é seu principal mercado (Possuem um total de 7 autocarros, 5 em operação e 2 avariados). ✓ Em coordenação com a Polícia controlam o transporte público ("chapas" e motocicletas). ✓ Coletam lixo de forma parcial por falta de meios e do difícil acesso a alguns bairros. ✓ Depositam o lixo a 20 km da cidade. ✓ O Município promove eventos culturais, um festival anual e festividades tradicionais (como o carnaval), apoiado por parceiros do sector privado. 	<p>ciclone e 4 modelos de casas resilientes</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 10 artesãos certificados em construção resiliente ✓ faz por dia 4 viagens, 210 viagens por semana ✓ em 4 bairros Recolha completa de lixo, em 6 apenas em mercados ✓ 63 grupos de dança, 27 de música, 2 de teatro e 1 banda.
Nhamatanda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Por causa do ciclone, houve 1050 pessoas reassentadas. O município regularizou as terras (DUAT), mas ainda há famílias a viver nas tendas, porque não têm dinheiro para construir suas casas. ✓ Tem modelos de treinamento na construção de edifícios resilientes e agora estão a procura de parceiros para construir casas para as famílias pobres afectadas pelo ciclone. ✓ Pavimentação das vias do centro da cidade. ✓ Recolha parcial de lixo devido a problemas de acesso a alguns bairros e carência de ferramentas. Não possuem contentores e improvisam com tambores. ✓ Os resíduos são depositados em uma lixeira a céu aberto a cerca de 2km da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 178 famílias receberam DUAT ✓ em 10 bairros recolhem o lixo sem muita regularidade e 2 não tem o serviço
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pavimentação e melhoramento das ruas da vila. ✓ Melhoramento de áreas verdes. ✓ A recolha de lixo excede a capacidade do Município, em relação ao número de contentores, veículos disponíveis e acessibilidade aos bairros. Coletam lixo apenas em 6 bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 4 bairros ✓ 1 parque infantil reabilitado. ✓ em 40% dos bairros se recolhe o lixo
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construíram casas resistentes em um dos bairros mais vulneráveis, atingidos por desastres naturais (ventos e inundações). Casas estas que foram entregues à famílias vulneráveis. Essas casas também servem de modelo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 12 casas resilientes e 12 famílias

Municípios	Acções	Resultados
Quelimane (cont.)	<p>para as famílias construírem ou reconstruírem moradias resilientes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Construíram latrinas para bairros com famílias pobres, a fim de reduzir a defecação a céu aberto. ✓ Melhoramento de áreas verdes e reabilitação de entradas para os bairros. ✓ Recolhem lixo dos bairros que podem ter acesso. Sua prioridade é a construção do aterro municipal e a compra de contentores. ✓ Está em execução um programa de saneamento urbano, financiado pelo Banco Mundial, que inclui i) construção de sanitários públicos; ii) extensão das valas de drenagem. ✓ Têm em vista a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais e um projecto de construção de um aterro municipal, em coordenação com o governo provincial. ✓ Têm uma empresa de transporte que opera com 2 autocarros, dentro e fora do município e regulam os operadores privados de viaturas e táxi bicicletas. 	<p>beneficiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 70 latrinas para 5 bairros ✓ 1 parque e vias melhorados ✓ O lixo é recolhido em 81% dos bairros (43 de 53 bairros) ✓ 2 mil passageiros diários
Manhiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atribuídos 6.454 DUATS e licenciados 4.325 obras ✓ A recolha de lixo iniciou em 2014, com 6 contentores e em 4 bairros, agora têm 23 contentores e chegam a 11 bairros. O problema é a carência de equipas, so têm dois camiões e uma pala mecânica. Os serviços vão ser ampliado pela aquisição de 2 camiões porta contentores e 32 contentores de lixo. ✓ Adquiridos 3 machimbombos para o transporte de pessoas e bens e licenciados para o transporte público local 122 taxis privados. ✓ Abertura e melhoramento de 98.200 metros de vias de acesso; terraplanagem de 62.425 metros de vias de acesso; ✓ pavimentação de 2.015 metros de estrada e reabilitação do jardim municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 10.779 munícipes ✓ Em 52% dos bairros é recolhido o lixo ✓ 79.254 ✓ 62.500 munícipes
Pemba	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborado o Mapa de Vulnerabilidade e a Carta de recomendações que frisa as medidas de adaptação necessárias. Assim também foi elaborado o Plano Local de Adaptação e a comunidade foi consciencializada sobre as medidas de adaptação. ✓ Construídos modelos de casas resilientes e há artesãos locais treinados em técnicas de construção resiliente. ✓ Comunidade adaptada pela construção da Cintura Verde (Infra-estrutura Verde) para retardar os impactos dos ventos fortes face as mudanças climáticas. Também foi criado o viveiro comunitário para a produção de mangal e casuarina. ✓ Elaborado o Plano Integrado de Gestão dos Resíduos Sólidos e a comunidade consciencializada sobre o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 200.529 ✓ 10 modelos de casas resilientes construídas e artesãos locais treinados ✓ Cidade a caminho do reflorestamento

Municípios	Acções	Resultados
Massinga	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não têm um mapa do município nem limites definidos, por isso, as construções de casas são realizadas sem projecto prévio e sem direito de propriedade. ✓ A cada ano são pavimentados alguns quilómetros de estradas em algumas ruas, mas não são suficientes para as necessidades. Também existem duas praças que estão sendo reabilitadas com seus recursos próprios. ✓ Têm 26 contentores que são distribuídos apenas nos bairros antigos onde o lixo é depositado e recolhido pelo único camião que possuem. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 20.645 munícipes ✓ 169 transportadores ✓ 8935
Quissico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emitidos 278 DUATs e parcelados 718 talhões para habitação, o que garante a posse segura de terra e de habitação. ✓ Construído terminal de transportes públicos no Mercado 1º de Maio assim foram reorientados os transportados para locais seguros com passageiros protegidos. ✓ Garantir a manutenção e saneamento nos jardins e parques, assim, foram criadas as condições de lazer para munícipes e melhorado o visual da Vila. ✓ Reabilitação de Miradouro da Vila de Quissico, construção de sanitários públicos, requalificação do campo municipal. ✓ Pavimentação de 1,150 Km de vias de acesso e terraplanagem de 22 Km de vias de acesso para garantir a boa circulação de pessoas e bens. ✓ Construção de 3 aquedutos ✓ Realização permanente de jornadas de limpeza para eliminação de focos de concentração de lixo. ✓ Reposição de solos em locais degradados pela erosão e sensibilização comunitária para mitigação dos impactos da erosão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 996 beneficiários em 5 anos ✓ Todos munícipes ✓ Todos munícipes ✓ Munícipes em geral ✓ Cidade limpa, população saudável
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não têm um plano, mas o planeamento urbano é realizado com a marcação da talhões, em coordenação com os bairros. ✓ Pavimentação e abertura de novas vias de acesso através da terraplanagem. ✓ A recolha de lixo é parcial devido à falta de veículos e atende apenas aos bairros próximos, onde existem contentores. Não têm aterro municipal. ✓ Cães vacinados para evitar raiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Para 2020 prevista demarcação de 4300 talhões ✓ 13 bairros abrangidos pela recolha ✓ 1070 cães por ano
Chókwè	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aberturas de acesso a bairros. ✓ Palestras de consciencialização para as famílias vivam em áreas seguras. ✓ O transporte público é fornecido por particulares, mas o município regula, para dar maior segurança aos cidadãos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 8 bairros

Municípios	Acções	Resultados
Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ✓ DUATs entregues para habitação e produção, o que contribui para regularizar direitos de propriedade e expansão mais organizada. ✓ 147 ligações ao sistema de drenagem de águas residuais que só se tem na parte baixa e antiga da cidade. Na parte alta existe um sistema combinado de fossas sépticas, latrinas melhoradas e latrinas tradicionais (muitas unidades não têm recebido limpeza, daí os maus odores e problemas com vectores). ✓ A recolha de lixo é feita em dois sistemas: i) Porta a porta nos bairros antigos de fácil acesso e usando contentores em mercados, praças e pontos de transferência definidos; e, ii) Recolha primária com recursos ao uso de "Tchovas". 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1016 beneficiários no último ano ✓ Cobertura ambas modalidades 90% ✓ Cobertura 59%
Boane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dois avanços: o plano de estrutura urbana que será aprovado pela Assembleia e um Plano de Resíduos Sólidos. ✓ O assentamento é desordenado, assim, num dos bairros mais populosos, suas ruas são muito estreitas, o que impede a entrada de veículos para a recolha de lixo. Mas o município construiu estradas de acesso a quase todos os bairros. ✓ É prioritária a construção de um espaço fechado para eventos culturais, pois todos os eventos são ao ar livre. ✓ Têm um projecto chamado Vila Verde, para plantação de um milhão de árvores. Em parceria com o Instituto Agrário, cultivam mudas que são entregues para serem plantadas no município. ✓ Para a recolha de lixo, apresentam problemas em termos de equipamentos, pessoal e infra-estrutura. O crescimento populacional do município complica o problema e os vizinhos não ajudam, porque não separam o lixo. Estão a procura de parceiros para construção de um aterro municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Plano elaborado para organizar a cidade ✓ Cidade a caminho do reflorestamento ✓ A coleta recolha de lixo chega ao 33% dos bairros (11)
	<p>Facilitação de Procedimentos</p> <p>Regularização Massiva</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Formação de Novos processos 3. Resolução de conflitos 4. Prorrogação de DUATs 5. Fiscalização de obras <ol style="list-style-type: none"> 1. Plano Director 2. Concessão de Rotas 3. Identificação de espaços para Terminal 4. Identificação de Espaços para Parqueamento Rotativo <p>2. Promover a construção de parques infantis.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ PCMC Projecto Cidades e Mudanças Climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1347 pessoas ✓ Todos os municípios e transeuntes
Maputo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regularização fundiária nos Distritos Municipais; 	

Municípios	Acções	Resultados
<p>Maputo (cont.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Título de propriedade dos espaços públicos; ✓ Número de Polícia; ✓ Municípios seguros com sua situação regularizada; ✓ Construção de parques e espaços públicos para crianças, para promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e também para maior segurança nas comunidades; ✓ Encerramento controlado da lixeira de Hulene; ✓ Gestão de resíduos sólidos, usando os 5R para proteger a cidade dos malefícios dos resíduos sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Especialmente os municípios, que vivem nos bairros próximos da lixeira

6.10. ODS 16: INSTITUIÇÕES FORTES



Construir e fortalecer instituições responsáveis, eficazes e transparentes em todos os níveis do governo é a base para alcançar o desenvolvimento sustentável. À medida em que os recursos públicos forem melhor geridos, maior equidade e sociedades mais pacíficas serão alcançadas.

- ✓ Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- ✓ Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
- ✓ Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

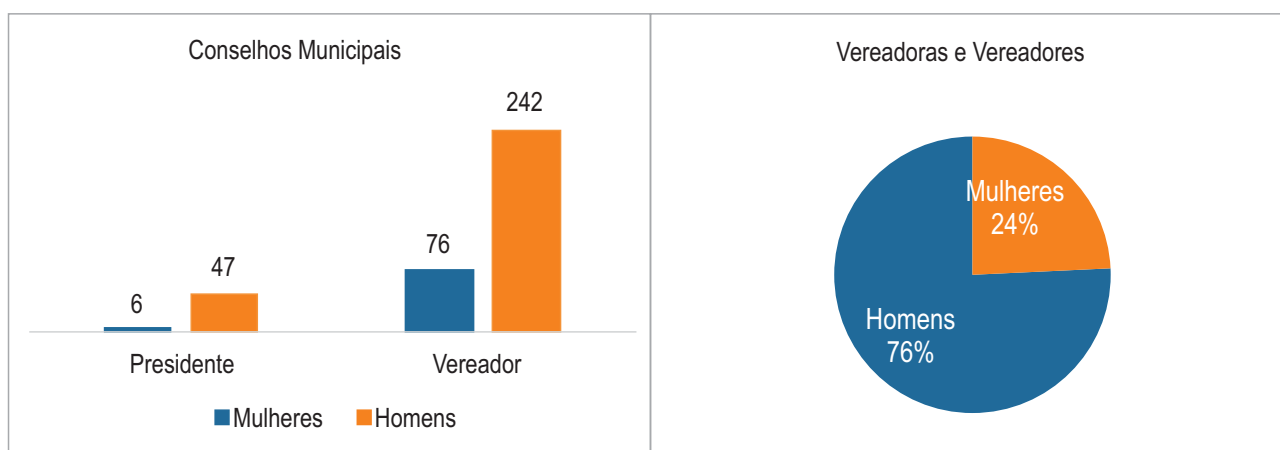
Municípios	Acções	Resultados
Nampula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforma de instrumentos de gestão: <ul style="list-style-type: none"> ○ Migrar para uma administração digitalizada e melhor controle de renda. ○ Revisão dos impostos sobre a construção (são muito baixos) para implementar programas de urbanização. ○ Cadastro de pequenas e médias empresas (categorias A, B e C) para otimizar a cobrança das taxas e contribuições e organizar o apoio. <p>Tomada de decisões participativas. Ferramentas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Planeamento participativo: Praticado nos planos quinquenais e também na actualização das prioridades realizadas anualmente, ou seja, o plano anual. ✓ Orçamento participativo: 10% do orçamento próprio é distribuído entre os bairros mais carenciados para executar um projecto priorizado pelo bairro. Na construção, os moradores participam da inspecção. ✓ Cartão de pontuação comunitária: A qualidade de um serviço priorizado é classificada através do preenchimento de um cartão (vereadores e moradores dos bairros seleccionados) com base nos resultados, são feitas as recomendações para uma melhor prestação do serviço analisado. ✓ Observatório Municipal: Composto pelo Presidente do Conselho, um secretário e um vogal. Um dos quais é representante dos bairros. Eles se reúnem duas vezes por ano. O primeiro é ver o que foi planificado, o segundo para avaliar o que foi executado (120 a 130 pessoas se reúnem). ✓ Encontros participativos: São reuniões participativas com 3.000 a 7.000 pessoas, é um tipo de prestação de contas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior arrecadação de receitas ✓ A sociedade civil envolvida na gestão municipal promove maior transparência e eficiência.
Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A estrutura organizacional permite um trabalho coordenado entre todas as Vereações e as intervenções são abrangentes ✓ O Sistema de cobrança de impostos - SISCADI (www.siscadi.com/imposto) concede um número de contribuinte a cada cidadão. O acesso ao sistema para pagamentos é por via de um telefone celular ou computador. também inclui informações sobre os projectos dos bairros. ✓ Aproveitam todas as feiras para informar sobre o sistema e têm acordos com rádios e TVs para transmissão. ✓ As notificações, de acordo com o calendário fiscal são enviadas por SMS. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da arrecadação. Os cidadãos podem ver que suas contribuições se reflectem em obras que os beneficiam. ✓ Desde Outubro de 2019 que possui 60.000 cadastrados, a

Municípios	Ações	Resultados
Chimoio (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Através do Gabinete de Relações Públicas se promove parcerias ou colaborações com o empresariado. ✓ A tarefa de fiscalização da Assembleia Municipal inclui visitas ao canteiro de obras para verificar se a execução é adequada. Também analisam as observações das auditorias. ✓ Promovem a transparência com i) publicações diárias sobre renda arrecadada; ii) divulgação de informação de utilidade pública (www.cachimoio.com); ii) divulgação em tempo útil do plano de actividades (www.siscadi.sisgem); acções de atendimento dos munícipes fora do gabinete (bairros, ruas, avenidas); (vi) fixação de informação úteis em locais públicos. ✓ Planificação e orçamento participativos: as comissões recolhem informações sobre os problemas dos bairros. Com base no cadastro por bairro, 10% dos rendimentos de cada bairro são destinados a uma obra priorizada por eles. Só em bairros da área dispersa, que têm mais necessidades. 	<ul style="list-style-type: none"> meta é atingir 120.000 ✓ Apoios em dinheiro e bens para temas sociais
Mandlakazi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoveram a criação de fóruns de mulheres, jovens e crianças (50 pessoas cada). ✓ O Fórum de Consulta Municipal reúne as demandas dos outros fóruns e é composto por representantes dos bairros. No primeiro encontro anual, avaliam a administração e no último consolidam o planeamento do ano seguinte. ✓ No planeamento participativo anual, é decidido o destino de 70% do orçamento do município. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sociedade civil envolvida na gestão municipal (planeamento e controle social)
Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Casa de Direito foi criada para prestar assessoria jurídica em casos de violência e defender direitos das crianças, mulheres e jovens. As universidades apoiam com estudantes e professores nessa tarefa. ✓ Estabeleceram a Casa do Bairro, onde os munícipes se reúnem para discutir seus problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crianças, mulheres e jovens ✓ Maior envolvimento da sociedade civil
Moatize	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Para melhorar a arrecadação de impostos e taxas, é necessário sensibilizar aos munícipes e treinar funcionários. O imposto sobre veículos deve ser pago no município em que o veículo circula. 	
Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tem um Conselho Consultivo onde participam os vereadores, representantes dos bairros e membros da Assembleia para tomar notas das prioridades que serão incluídas nos planos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Envolvimento da sociedade civil e maior coordenação
Boane	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicaram o orçamento participativo na administração de 2018 (13% de suas receitas próprias), a fim de atender às prioridades dos bairros e entre os projetos priorizados: muro de uma escola, reabilitação do sistema de água. ✓ Receberam o município com um montante recolhido de 380.000 MZN; no entanto, no primeiro ano, eles já alcançaram 1.700.000 e em 2019 alcançaram 31 milhões. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Envolvimento da sociedade civil ✓ Aumento das arrecadações em mais de 400%

7. ANÁLISE DO ENFOQUE DE GÉNERO NOS NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO NOS 53 MUNICÍPIOS

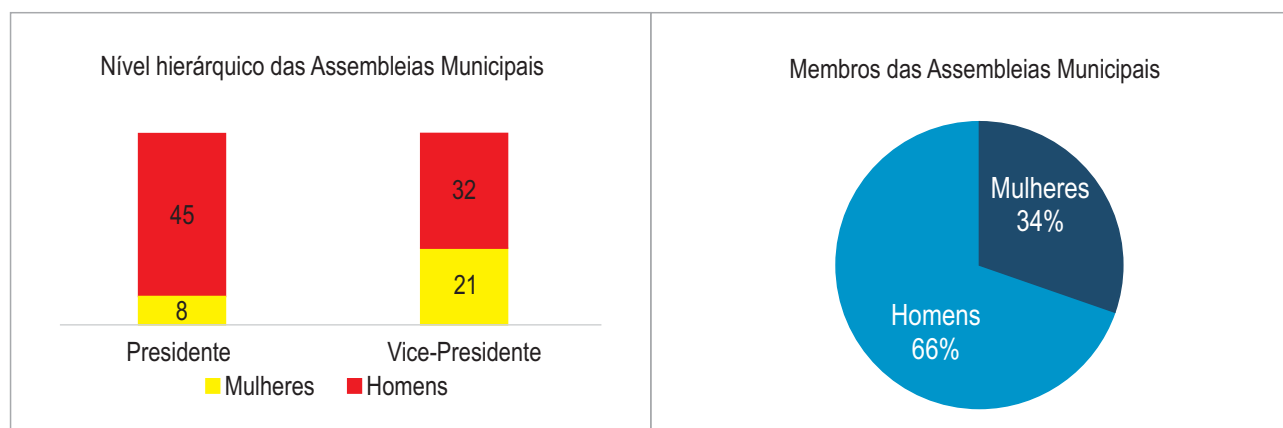
Após as eleições de Outubro de 2018 em Moçambique, somente 6 mulheres (11%) foram eleitas Presidentes do Conselho Municipal, uma posição importante do Executivo Municipal, responsável pela própria gestão, isto é, pela implementação de programas e projectos para melhorar a vida dos munícipes.

Os cargos do Executivo Municipal são de Vereadores, designados pelos Presidentes dos Conselhos Municipais. Nesta posição, é evidente uma maior participação das mulheres, uma vez que quase um quarto das vereadoras são mulheres (24%). No entanto, a maioria das mulheres ocupa vereações responsáveis pela área social e, em menor grau, as da Administração e Finanças. As outras vereações são ocupadas principalmente por homens.



Vereações	Vereadoras por Sector
Administração e Finanças	11
Actividades Económicas	9
Construção e Urbanização	2
Transporte e Comunicação	2
Assuntos Sociais (Género, Educação, Saúde, Água e meio Ambiente, Cultura, Assuntos Jurídicos, descentralização, emprego e RH)	52

Em relação à Assembleia Municipal, há uma situação semelhante, pois, só 8 mulheres são Presidentes da Assembleia Municipal (15%). Se olharmos para a seguinte posição hierárquica, ou seja, a Vice-Presidência da Assembleia Municipal, a situação melhora, pois 21 mulheres ocupam essa posição, o que representa 40% do total.



A participação da mulher na política subiu nos últimos anos, mas ainda continua reduzida nos espaços municipais de decisão. Isso é explicado pelos obstáculos que persistem para as mulheres entrarem na política. Por um lado, os preconceitos socioculturais enraizados em muitas mulheres que consideram que os homens, por natureza, devem assumir posições de tomada de decisão e que não é apropriado explorar áreas para as quais elas não têm condições ou talento. Isso é reforçado por homens que ainda têm esse preconceito e que, em vez de apoiar suas esposas, filhas ou amigas na política, os aconselham a ficar de fora dessa actividade e, na pior das hipóteses, quando está ao seu alcance, eles impedem sua entrada. Também há falta de compromisso por parte dos partidos políticos em integrar as mulheres em suas fileiras; dado que muitos homens ainda não estão conscientes, convencidos ou não se adaptam à incursão das mulheres na política.

Muitos países, para lidar com essas dificuldades, estabeleceram por via legislativa os parâmetros para participação da mulher nos processos eleitorais e na nomeação de cargos de tomada de decisão; entre outros.

O papel da mulher na sociedade é outro obstáculo, pois, devido a crenças estereotipadas, desde a infância elas estão sobrecarregadas de trabalho (produtivo, reprodutivo e comunitário), o que as impede de estudar e melhorar. Nesse sentido, a alta taxa de analfabetismo das mulheres é maior que a dos homens e essa situação piora nas áreas rurais.

Apesar desse panorama, é encorajador ver que muitos municípios, apesar de seus recursos limitados, estão a executar actividades para o alcance de maior igualdade de género, nomeadamente:

- ✓ ·Capacitar as mulheres em seus direitos, prevenir todos os tipos de violência e apoiar as vítimas.
- ✓ ·Gerar medidas para que o município, como os de Chimoio, Nampula, Mandlakazi e outros, contrate um número crescente de funcionárias (mulheres), tanto em cargos técnicos quanto em tomadas de decisão.

Apoiar as mulheres com treinamento técnico que lhes permita gerar iniciativas de empreendedorismo, a fim de superar a dependência económica e alcançar o verdadeiro empoderamento.

A situação das mulheres nos municípios analisados é semelhante ao que ocorreu nos 53 municípios e pode-se observar que, embora as mulheres estejam a avançar na participação política e nos espaços de tomada de decisão, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma maior igualdade de género.

8. BOAS PRÁTICAS

Destaca-se todo o trabalho que os dezesseis municípios desenvolvem, pois com muita criatividade e limitações financeiras demonstram seus esforços para melhorar a vida dos munícipes. Observando que muitos dos municípios visitados são permanentemente afectados por desastres naturais, que em muitos casos envolvem contratempos e solução de problemas que já tinham sido considerados superados.

No meio desse leque de boas acções, foram seleccionadas algumas que se destacam neste documento e são listadas sob o nome de boas práticas, devido aos resultados e efeitos em relação à população beneficiária ou à gestão municipal. O objectivo é apresentá-los de maneira mais ampla, para que se transformem em oportunidades de aprendizado e acção para outros municípios. Note-se que, antes de imitar uma boa política, programa, projecto ou acção, é essencial realizar uma análise e adaptação do contexto para obter mudanças positivas.

Chimoio: Taxas, Impostos e Parceiros virados para transparência ODS 16 e ODS 17

A estratégia do Município de Chimoio para “Não deixar ninguém atrás” vira em 2 direcções, melhorar a sua gestão, promovendo a transparência e envolver os vários sectores:

A Primeira. No sistema informático que tem seleccionado para a cobrança de taxas e impostos, sempre ligado a transparência e prestação de contas ao no município. O resultado nos primeiros seis meses de implementação foi cadastrar a 60.000 munícipes dos 120.000 que pretendem atingir até o fim de 2020.

O sistema informático utilizado, o SISCADI (www.siscadi.com/imposto), permite a cobrança de forma telemática. Os contribuintes têm acesso ao sistema por telefone celular ou computador para efectuar pagamentos. Inclui um calendário fiscal e as notificações são enviadas aos cidadãos por SMS. As notificações impressas são enviadas apenas em alguns casos, geralmente para a área dispersa e sempre acompanhadas por activistas ou líderes comunitários que supervisionam a transmissão de informações.

Mas o sistema também permite que os contribuintes vejam o trabalho sendo realizado pelo município em seu bairro. Dessa forma, os cidadãos, vendo suas contribuições reflectidas nas obras de seus bairros, são incentivados a pagar impostos e taxas. As informações compartilhadas com os contribuintes incluem: i) a data de início e término do projecto, ii) as obras em construção (prédio, rua, ponte ou outro), iii) o nome e o número de celular da pessoa responsável pelo trabalho. Assim, o cidadão pode monitorar as obras do município.

Na rua do prédio do Conselho Municipal, há também uma tabela que apresenta informações úteis que desejam comunicar à Comunidade, como o calendário fiscal, os processos de contratação de bens e serviços e pessoal.

A Segunda. O Presidente do Conselho Municipal promove a participação do sector privado na gestão municipal, o que implica colaborações directas dos empresários que actuam no município com diferentes vereações ou direcções do município. Foi criado um gabinete para o acompanhamento das iniciativas dos privados, seu pessoal é responsável por agilizar os procedimentos dos empresários (procedimentos de acesso a serviços, pagamento de impostos, legalização de empresas ou outros), mas dentro da legalidade e transparência. O resultado é que essas empresas são as que fornecem as contribuições, em dinheiro ou em espécie, para apoiar as crianças e as mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa acção está enquadrada no ODS17, que estabelece que o combate à pobreza deve ser um esforço conjunto entre governos, sector privado e sociedade civil.

Dondo: construindo a resiliência desde a apropriação e as parcerias ODS 13 e 11

Após do Ciclone IDAI no ano 2019 que afectou directamente a província de Sofala, produzindo inumeráveis perdas de vida e materiais, um dos municípios danificados foi o município de Dondo. Após este evento, se trabalhou para a criação do “Quadro de Acção para a Resiliência”.

Ao longo do processo de realização da Ferramenta CityRAP, trabalharam em conjunto, a equipe técnica do município, as lideranças e as comunidades do Município para realizar o “mapeamento de risco e vulnerabilidade da Cidade de Dondo”.

A importância deste documento não só está ligada a realização deste, mas também a apropriação por parte do Município, tendo em conta que a Assembleia Municipal aprovou o quadro de Resiliência do município, um roteiro importante para os próximos anos sobre acções resilientes.

O apoio do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e o Centro Técnico Sub-Regional para a Gestão do Risco de Desastres, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DiMSUR) foi muito importante.

Boane: Programa de Milhão de Árvores ODS 15

Em 2017, o município de Boane lançou o programa "Boane, o município mais verde" com o apoio da Mozal. Seu objectivo é muito ambicioso, plantar um milhão de árvores. A iniciativa está no escopo do ODS 15, protecção, recuperação e promoção sustentável dos ecossistemas.

O município coordena a entrega de mudas e sensibiliza as escolas, as organizações de bairros e líderes sobre a importância do reflorestamento e conservação ambiental, bem como os benefícios que gera para a comunidade, mitigando os efeitos das mudanças climáticas. Dessa forma, o município, com a participação directa da comunidade, está a trabalhar no processo de educação ambiental das comunidades para impedir a perda de biodiversidade, recuperar as florestas e alcançar um ambiente mais sustentável.

Nampula e Maxixe: Programas de Produção Agrícola ODS 2

Os municípios de Nampula e Maxixe estão a implementar programas para promover a produção agrícola. Assim, no município de Nampula, o apoio é abrangente, desde a regularização do direito de terrenos para a produção agrícola de famílias pobres, até a entrega de sementes e outros insumos a essas famílias e também a 35 associações de pequenos agricultores. Apoio semelhante aos agentes da PITA, que recebem subvenções para promover pequenas hortas de produção local.

No município de Maxixe, os produtores são apoiados com insumos agrícolas (sementes, pesticidas, ferramentas e regadores) e também com a limpeza dos canais de irrigação. A assistência técnica fornecida garante o uso correto das técnicas de produção.

Promovem a produção de gado caprino por meio de um programa que consiste na entrega de um casal de cabritos às famílias e, quando se multiplicam, as famílias beneficiárias devolvem outro casal desses animais ao município, para que, por sua vez, sejam entregues para outra família, garantindo a sustentabilidade do programa. Suporte adicional é a entrega de suprimentos veterinários, como desparasitantes e vacinas.

O município de Maxixe também possui pessoal que treina aos pescadores em pesca sustentável e constrói mangais para proteger a produção de peixes e mariscos.

Mandlakazi: Participação Cidadã e Género ODS 5 e 16

Na Vila de Mandlakazi, a participação de cidadãos de diferentes sectores e faixas etárias é promovida activamente, para que a gestão municipal atenda às expectativas da comunidade. O mecanismo é ouvir suas preocupações e propostas em fóruns e espaços de debate. Reconhecendo a importância do diálogo e a proximidade das autoridades municipais com os cidadãos, como a chave para uma boa governação municipal.

Nesse sentido, existem fóruns para crianças, mulheres, jovens e cidadãos no geral. Por exemplo, o fórum para crianças, conta com a participação de 50 membros, eles se reúnem nos bairros e as autoridades participam desses espaços para ouvir e aprender sobre suas necessidades. As demandas são encaminhadas ao Fórum Geral, onde todas as propostas são analisadas e priorizadas para sua posterior apresentação em espaços de tomada de decisão, que são as que finalmente avaliam e, com base na viabilidade e disponibilidade de recursos, promovem a implementação de acções.

Também existem acções que visam gerar renda para as mulheres, o que, por sua vez, promove seu empoderamento. Como exemplo, são constituídos grupos de mulheres que produzem tecidos, artesanato ou alimentos para vender nos feriados e em outros espaços públicos, que, por sua vez, têm o objectivo de conscientizar a integração das mulheres no sector produtivo privado.

Manhiça: Programa de Água ODS 6

O Município de Manhiça reconhece a grande importância e a necessidade de incrementar e implementar acções para o abastecimento de Água no Município, pelo que, vem implementando com apoio da organização ONGAWA diferentes acções focadas no fortalecimento da rede de abastecimento de Água no Município.

As principais acções desenvolvidas: i) possuem um departamento dentro do município, especializado na gestão Pública de Água; ii) tem instalado contadores para melhor cálculo na cobrança do consumo; iii) tem incrementado a capacidade de armazenamento de água, passando para 90.000 litros dos anteriores 20.000 litros, realizado a construção de depósito elevado de 42.500 litros que contribui com este objectivo do município; iv) também tem feito abertura de 56 furos de bomba manual acompanhados de comités de gestão de água, comités comunitários que são responsáveis pela gestão dos furos.

Por último, tem construído latrinas nas escolas e mercados

Casa do Direito e do Cidadão de Quelimane ODS 16

A “Casa do Direito e do Cidadão” foi criada para apoiar o acesso oportuno dos cidadãos de Quelimane, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, ao aconselhamento jurídico gratuito e à justiça, a fim de promover e garantir o exercício de seus direitos. Também são desenvolvidas estratégias preventivas sobre a violência e outras questões que dificultam a coexistência.

Promovem actividades de mediação dos conflitos, acompanhamento jurídico, realizam acções de advocacia e formação a líderes nas comunidades para a promoção dos direitos humanos. Seu trabalho é dinamizado em parceria com diversas associações e organizações dos bairros e da Sociedade Civil.

Foi uma iniciativa do Conselho Municipal de Quelimane com o apoio da Embaixada da França, a Liga dos Direitos Humanos, Sociedade Civil local e a Rede Nacional Francesa de acesso ao Direito a à Mediação).

Estabelecimento do Controlo Interno em Quissico: Eficácia e Transparência

No âmbito dos ODS, um dos primeiros passos é alcançar instituições mais eficientes e transparentes em todos os níveis, para que possam trabalhar pelo bem comum. Por esse motivo, destaca-se a decisão do PCM de Quissico de estabelecer controle interno nesse município, com a convicção de fornecer aos gestores, em todos os níveis, informações para a tomada de decisão, salvaguardando os interesses da organização. Além de colaborar na definição de suas responsabilidades e fornecer análises, avaliações, recomendações e, acima de tudo, informações oportunas.

Em observância ao artigo 14, nº 1, al. c) do Regulamento da Organização e Funcionamento dos Serviços Técnicos e Administrativos dos Municípios (ROFSTAM), aprovado por Decreto nº 51/2004, de 1 de Dezembro), o Conselho Municipal de Quissico estabeleceu a Inspeção Municipal como uma das suas unidades orgânicas. O município concebeu o Controlo Interno Municipal como uma unidade que realiza actividades de controlo de processos administrativos e auditoria interna. O documento Conceito de Controlo Interno Municipal, elaborado pelo Conselho Municipal define o controlo interno, como o papel do Presidente do Conselho Municipal e as condições para o seu estabelecimento em termos de recursos humanos e materiais necessários.

A implementação do conceito passou pela elaboração do estatuto orgânico do departamento do Controlo Interno que foi aprovado pela Assembleia Municipal. Como culminar disso, foi disponibilizado um espaço físico para o funcionamento do Controlo Interno, indicados técnicos que exercem exclusivamente as tarefas de controlo interno e disponibilizado mobiliário e equipamento informático necessários para o exercício das funções inerentes.

Decorre o processo de capacitação dos técnicos em termos de procedimentos de fiscalização administrativa e financeira, bem como sobre o estabelecimento e monitoria dos controlos nos diferentes processos municipais.

Esta experiência está sendo apoiada pelo Projecto Boa Governação Financeira (BGF) e com a mesma metodologia e ritmo, também se expandirá para os municípios de Vilanculo, Marromeu, Gorongosa e Nhamatanda.

9. APOIO DAS PARCERIAS NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O ODS 17 é um apelo para fortalecer alianças, a fim de mobilizar recursos para implementar programas, projectos e actividades voltadas para o desenvolvimento sustentável. Os municípios de Moçambique estão a trabalhar nesse sentido, pois todos eles promovem a formação de alianças efectivas nas esferas pública, público-privada e sociedade civil. Dessa forma, eles estão a aproveitar a experiência de seus parceiros e também a receber financiamento adicional para implementar seus planos a médio e curto prazo, uma vez que seus orçamentos são limitados.

Podem ser encontradas organizações de diferentes visões e missões ao longo do país, sendo as principais:

- ✓ Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações: Nos casos reportados, estas são maioritariamente internacionais, como ONGAWA, LVI e AVSI.
- ✓ Das ONGs Nacionais, podem se destacar a MUCHEFA (Organização de Base Comunitária) e Fundação MASC.
- ✓ As Agências de Cooperação: Também estão presentes nos municípios, tais como USAID, GIZ-Cooperação Alemã, União Europeia e todas as organizações das Nações Unidas, como UNHabitat.

As acções mais apoiadas pelos parceiros são as focadas no acesso a água, planificação urbana, desenvolvimento de infraestruturas e acções para protecção da criança e populações vulneráveis.

Foi constatado que algumas instituições financeiras internacionais apoiam a implementação de actividades em mais de um município nas mesmas componentes, facto que decorre de um programa de apoio aos municípios, tal como o Banco Mundial e o KfW.

O sector privado constitui um outro actor fundamental para implementação de qualquer iniciativa no território municipal. Embora houvesse municípios que reportaram o apoio a estas iniciativas, há ainda um fraco envolvimento ou mobilização destes, particularmente para a questão de implementação de iniciativas ligadas aos ODS.

Contudo, municípios como o de Chimoio estão a avançar rapidamente na consolidação de alianças público-privadas, já que grande parte de sua política social é Co-financiada por empresários que operam no município. Essa conquista é resultante do árduo trabalho do executivo municipal, que, após uma reestruturação, optimizou os processos de atendimento ao cliente. Hoje gera confiança e sua gestão é classificada como eficiente e transparente.

Relativamente à academia é possível notar, segundo se reporta, algum envolvimento, embora não foi clarificada de que formas esta se envolve.

10. CONCLUSÕES

Como foi referido ao longo do documento, os municípios, embora não implementem os ODS de forma estruturada, têm acções que concorrem para o alcance destes objectivos.

Um aspecto importante que foi realçado nas análises dos resultados do levantamento, é que todos os municípios planificam e implementam acções ligadas aos ODS sem que tivessem necessariamente feito o alinhamento integral da Agenda 2030 nos seus Planos Anuais ou Quinquenais.

Isso se explica porque as competências dos municípios estão intimamente relacionadas aos ODS e, além disso, de acordo com as pesquisas e entrevistas realizadas, é evidente o compromisso das autoridades e técnicos com a Agenda 2030.

No entanto, é evidente que seus orçamentos são insuficientes para atender a seus múltiplos problemas, que nos últimos anos se tornaram mais agudos devido aos fenómenos naturais, ciclones, cheias e secas, que destruíram a infraestrutura pública e privada, deixaram muitos órfãos e perdas na actividade produtiva.

Os municípios reconhecem a necessidade de aumentar as receitas locais, aumentar a cobertura e melhorar o sistema de cobrança de taxas e impostos, mas sabem que essa não é uma tarefa fácil, não apenas por causa de suas capacidades limitadas em termos de recursos humanos e equipamentos, mas também porque uma grande percentagem dos munícipes vive na pobreza, não pode pagar, os outros que podem fazer os pagamentos, não têm consciência tributária e, em muitos casos, têm dívidas pendentes com o município.

Diante do problema da falta de recursos, destaca-se o compromisso e a criatividade de muitas autoridades que conseguiram parcerias com empresas privadas para financiar, principalmente a política de protecção social, como o fornecimento de material escolar para crianças órfãs em situação de pobreza, dar cestas básicas alimentares e até mesmo materiais e máquinas para realizar obras prioritárias de infraestrutura.

A cooperação internacional chega aos municípios mais remotos e está a financiar projectos importantes, em muitos casos abrangentes e que beneficiam um grupo de governos autárquicos.

Na recolha de informações primárias, ficou evidente que os municípios priorizam quatro ODS, a saber: ODS 6 (Água e Saneamento), ODS3 (Saúde), ODS11 (Cidades Sustentáveis) e ODS1 (Pobreza). No entanto, eles executam programas, projectos e actividades relacionados a dez dos dezessete ODS, nomeadamente:

- ✓ **ODS1 e ODS2:** Nos municípios há uma população muito pobre vivendo em condições de vulnerabilidade, essa situação piora nos municípios afectados por desastres naturais, onde muitas famílias foram deixadas na rua ou até crianças órfãs. Por esse motivo, os municípios se esforçam para alocar recursos e servir pelo menos esses grupos com alimentos ou cestas básicas.
- ✓ **ODS 3:** Apesar da transferência de competências no sector da saúde ainda não ter sido efectivada, os municípios estão a construir centros de saúde com recursos próprios, dada a necessidade de ampliar a cobertura desse serviço. Eles também oferecem palestras para promover a saúde preventiva, não apenas de doenças, mas também de questões relacionadas ao planeamento familiar e prevenção de gestações indesejadas.
- ✓ **ODS4:** Na educação, também não houve transferência dessa competência, no entanto os municípios estão a construir salas de aulas nas escolas, devido à demanda da mesma população, pois em algumas escolas há até 100 alunos por sala de aula. Os municípios também fornecem carteiras e material escolar.
- ✓ **ODS5:** Muito trabalho está a ser feito para alcançar maior equidade de género, destacando-se as acções

destinadas a promover o empreendedorismo das mulheres, sob a premissa de que, com maior independência económica, é possível avançar na igualdade de género.

- ✓ **ODS6:** Para a maioria dos municípios, a principal preocupação é o fornecimento de água, uma vez que o sistema atinge parcialmente os bairros da parte central das cidades e comunidades e os bairros periféricos precisam ser atendidos pelo município com sistemas adicionais, fontenárias e com a abertura de furos. Também existem municípios onde o FIPAG não chega, portanto o fornecimento de água é de responsabilidade exclusiva do município (caso Quissico e Nhamatanda).
- ✓ **ODS 8:** Os municípios consideram prioritário o desenvolvimento da actividade económica, vinculada à segurança alimentar, portanto desenvolvem actividades para apoiar a agricultura, a pesca e o gado. Da mesma forma, o empreendedorismo, vinculado à criação de empregos.
- ✓ **ODS11:** Sendo um objectivo amplo, as acções dos municípios abrangem a concessão de DUAT (garantia de direitos de propriedade), os serviços de recolha de resíduos sólidos; melhoria das ruas e dos acessos aos bairros, a abertura e melhoria de estradas, transporte público e acções de conservação e preservação do meio ambiente.
- ✓ **ODS 16:** O fortalecimento institucional não é uma tarefa muito comum, com excepção do município de Chimoio. No entanto, e relacionado a esse objectivo, percebe-se que a maioria dos municípios promove a participação do cidadão na gestão.
- ✓ **ODS17:** Devido aos recursos limitados, a maioria dos municípios está a promover a consolidação de alianças, não apenas com agências de cooperação, mas também com empresários privados, igrejas e outros actores que prestam assistência técnica e financeira.

Nas visitas realizadas, foram identificadas também boas práticas que devem ser disseminadas em outros municípios, para promover sua replicação, como a boa administração do município de Chimoio ou o amplo apoio à actividade produtiva em Quissico. A ANAMM, em seu relacionamento permanente com todos os municípios, torna-se um actor fundamental, não apenas pela disseminação dessas experiências, mas também para fornecer o apoio necessário.

Embora os municípios demonstrem comprometimento com os ODS e estejam a implementar programas e projectos com o objectivo de alcançar esses compromissos internacionais, é evidente a existência de deficiências para avaliar os resultados. O problema central é que há pouca prática na gestão de indicadores, além de informações estatísticas que permitem a monitoria e a avaliação dos resultados. Nesse sentido, é necessário começar a melhorar os dados estatísticos e também avaliar a gestão com base em indicadores.

11. RECOMENDAÇÕES E DESAFIOS

Para uma efectiva localização dos ODS nos municípios é necessário o reforço de capacidade e respectivos de mecanismos de financiamento em iniciativas como:

Sensibilização e campanhas de comunicação. A informação, conhecimento e consciencialização dos ODS são cruciais para apropriação dos decisores políticos, técnicos e munícipes no geral. A comunicação, através de diversos materiais, é uma ferramenta fundamental na mobilização e transformação para o compromisso da localização dos ODS. ANAMM tem um grande potencial para explorar esta componente nas mais variadas formas, quer através das suas plataformas de comunicação, produção de audio-visuais e outro tipo de materiais apropriados para o efeito, quer através da vasta rede de parceiros nacionais e internacionais.

Elaboração de uma Estratégia de Localização dos ODS nos municípios. Embora a ANAMM esteja engajada nos esforços para localização dos ODS a nível dos municípios, sugere-se a criação dum instrumento que oriente metodologicamente este processo. Reconhecendo que as realidades dos municípios são diferentes, este instrumento irá ilustrar um roteiro amplo e diverso das fases e necessidades do processo de localização.

Capacitação dos eleitos e técnicos municipais. Estas iniciativas já tiveram início na ANAMM, porém, surge a necessidade de reforçar as sessões de capacitação quer ao nível de decisores quer ao nível técnico, considerando a grande mobilidade e rotatividade dos técnicos nos municípios. É importante que o conhecimento não se cinja, como acontece até agora, nos técnicos de planificação, mas em todo executivo, de modo a facilitar também a cooperação e complementaridade interdepartamental nos diferentes sectores/vereações, os quais são responsáveis pela priorização e execução de programas, projectos e actividades.

Acompanhamento e monitoria. As sessões de formação até aqui organizadas pela ANAMM, no que respeita aos ODS, precisam ser complementadas por uma estratégia de seguimento da implementação, o que demanda recursos técnicos e materiais, daí a necessidade de se reforçar a acção. Este documento reporta algumas iniciativas estreitamente ligadas aos ODS, desta forma surge, a oportunidade e necessidade de se efectuar este acompanhamento e monitoria que podem, em grande medida resultar na sistematização e disseminação de boas práticas assim como o apoio na réplica por parte da ANAMM. Um quadro de indicadores devidamente estabelecido também será importante para esta acção.

Apoio a projectos específicos. Apesar de existir uma diversidade de temas, dentro dos 17 ODS eleitos pelos municípios e com actividades concretas, os ODS 1, 2, 6, 8, 11, 13 e 16 são alguns que necessitam de impulso para a sua aceleração e, neste exercício é importante olhar e alinhar com a agenda nacional, bem como as recentes lições aprendidas por conta de dois grandes eventos extremos como os Ciclones Kenneth e IDAI. Este impulso deve ser feito através do apoio técnico e financeiro de todos actores centrais neste processo, nomeadamente o Governo, parceiros de cooperação, sector privado e academia.

Mecanismos de financiamento. As iniciativas expostas acima requerem alguma criatividade e mas sobretudo algum financiamento, e entende-se que este pode vir de três fontes:

- ✓ Dos próprios municípios, através do aumento das suas receitas próprias, cuja arrecadação passa pelo reforço de suas capacidades (recursos humanos, equipamentos, sistemas telemáticos e, quando for apropriado, a criação de unidades tributárias); do mesmo modo, por meio de acções de capacitação e sensibilização para os cidadãos, que também podem ser incentivados a efectuar o pagamento de taxas e impostos se verificarem que esses recursos são posteriormente utilizados para programas, projectos ou actividades que melhoram sua qualidade de vida.
- ✓ Através de parceiros de cooperação. Estes últimos desempenham um papel importante nas componentes técnico e financeira, motivo pelo qual é imperativo fortalecer alianças para maior

mobilização de recursos e para a realização de programas, projectos e actividades voltadas para os ODS. Nesta busca para reforçar os meios de implementação, também é importante fortalecer os vínculos dos municípios com o sector privado que realiza suas actividades no território, uma vez que, no âmbito da responsabilidade social das empresas, suas contribuições podem ser importantes. Em Moçambique, municípios como o de Chimoio já estão a trabalhar nessa direcção.

- ✓ Igualmente, com um papel central neste aspecto é o Governo Central, que para além de definir a agenda e prioridades de desenvolvimento nacional, tem a responsabilidade nas transferências fiscais imprescindíveis para operacionalização dos planos e orçamento nos municípios. Neste aspecto, é fundamental que se definam regras claras nas transferências do governo central e cumprimento de prazos estabelecidos nas normas e se analise a possibilidade de maiores fluxos, quer de transferências, quer na possibilidade de transferência competências de cobranças de outros de impostos.

Existe uma grande oportunidade para se capitalizar a aceleração da localização dos ODS nos municípios, na medida em que os novos eleitos chegam a primeira metade do seu ciclo de governação. De tal forma, o novo quadro de descentralização em vigor no país, sobretudo nesta “Década de Acção para o Desenvolvimento” apresenta, igualmente, uma oportunidade para promover uma coordenação a vários níveis e entre vários intervenientes, de modo a alcançar um maior impacto no progresso dos ODS.

O Ministério das Finanças, enquanto coordenador dos ODS em Moçambique, terá, através do GNR o papel de efectuar o alinhamento aos diferentes níveis, tal como preconiza a própria estrutura do Grupo. Da mesma forma, para melhorar os sistemas de informação que ainda são fracos em Moçambique e que, quando se trata de acompanhar e monitorar os resultados, eles são essenciais.

É também essencial que o presente RLV seja o início de uma série de documentos semelhantes que permitam analisar as contribuições dos governos territoriais, pois para além de identificar progressos e desafios, também são identificadas boas práticas que merecem ser divulgadas, para que sejam replicadas em outros municípios, a fim de se ter maior sucesso na integração e implantação dos ODS na gestão municipal.

Por fim, o COVID 19 é uma grande ameaça para a conquista dos ODS. Hoje, os municípios estão a alocar parte de seus recursos limitados para actividades de prevenção, como a compra de máscaras, a preparação de folhetos informativos, desinfectantes e outros. O que implica estar a negligenciar problemas permanentes, como falta de água. Por outro lado, os municípios também podem ser afectados pela pandemia, com a redução de renda, devido à queda na arrecadação de impostos e taxas. Nesse sentido, é possível que nos próximos meses seja necessário considerar a elaboração de planos de contingência, com o apoio de órgãos públicos, privados e de cooperação.

12. BIBLIOGRAFIA

- ✓ **CEPAL**, La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible Una oportunidad para América Latina y el Caribe.
- ✓ **UCLG**, The Localization of the Global Agendas.
- ✓ **GLOBAL TASKFORCE**, Guía para la Localización de los ODS: Implementación y Monitoreo Subnacional.
- ✓ **GOVERNO DE MOÇAMBIQUE**, Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035).
- ✓ **GOVERNO DE MOÇAMBIQUE**, Programa Quinquenal de Governo: 2020-2024.
- ✓ **GOVERNO DE MOÇAMBIQUE**, Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – 2020.
- ✓ **MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS - MEF**, Mini Memorando Sobre Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique (2019).
- ✓ **COSTA RICA. MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN NACIONAL Y POLÍTICA ECONÓMICA**. Costa Rica, construyendo una visión compartida del desarrollo sostenible. Reporte nacional voluntario de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, Junio 2017 / Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica. San José, CR : MIDEPLAN, 2017.
- ✓ **UN HABITAT, CONSELHO MUNICIPAL DE DONDO**. Dondo quadro de acção para resiliência, 2019.
- ✓ **Lei 1/2018 de Junho**, Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique.
- ✓ **Lei No 1/2008 de Janeiro**, Define o regime financeiro, orçamental e patrimonial das Autarquias Locais e o Sistema Tributário Autárquico.
- ✓ **Lei 2/1997 de 18 de Fevereiro**, de Implantação das Autarquias Locais.

Parceiro



Financiadores



UNIÃO EUROPEIA

“Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) e da United Cities and Local Governments (UCLG) e não reflecte necessariamente os pontos de vista da União Europeia”.



**Suecia
Sverige**

“Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ASDI. A ASDI não compartilha necessariamente as opiniões expressas neste material. A responsabilidade por seu conteúdo é inteiramente do autor”.



**cooperação
alemã**

DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Implementado por

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH